

**Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de
Justiça e Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo**

3º Relatório Gerencial de Resultados

Período Avaliatório

01 de setembro de 2019 a 30 de novembro de 2019



Data de entrega à Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão:

10/12/2019

1 – INTRODUÇÃO

Este Relatório Gerencial de Resultados visa demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão, no período de 01 de setembro a 30 de novembro de 2019, com o objetivo de verificar se os resultados pactuados para o período foram alcançados.

Em atendimento ao artigo 71 da Lei Estadual nº 23.081/2018 e ao artigo 50 do Decreto Estadual nº 47553/2018, será apresentado neste relatório o comparativo entre as metas propostas e resultados alcançados, acompanhado de informações relevantes acerca da execução, de justificativas para os resultados não alcançados e de propostas de ação para superação dos problemas enfrentados na condução das atividades. Serão apresentados, ainda, os comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da OS.

No período houve a execução regular da Política Estadual de Prevenção à Criminalidade com a execução de ações e atividades dos 4 programas constituintes dela em 16 municípios. Foram realizados em conjunto acumuladamente pelos 4 programas 204.039 atendimentos. Ao todo foram atendidas mais de 35 mil pessoas nas diversas modalidades de atendimentos ofertadas nos 4 programas. Vale ressaltar também que dos 18 indicadores com metas previstas no período e mensuradas até a elaboração do relatório, 17 deles tiveram realização acima do estipulado e mais 1 deles uma realização superior a 98%. Além dos resultados diretos vale a pena destacar também os processos de acompanhamento técnico realizado através das supervisões metodológicas e da supervisão geral realizados no período. A equipe de supervisão metodológica dos 4 programas realizou mais de 300 acompanhamentos das equipes técnicas entre contatos telefônicos, videoconferências e visitas presenciais às Unidades de Prevenção à Criminalidade. A Supervisão da Gestão também realizou 59 contatos para acompanhamento da Gestão Social. Tudo isso contribuiu para a realização descrita na sequência do relatório.

2 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Metas	Resultados
			3º Período Avaliatório 01/09/19 a 30/11/19	
1	1.1	6	19.800	25.687
	1.2	6	1.400	2.048,33
	1.3	5	5.500	7.538
2	2.1	3	3.280	3.549,33
	2.2	6	9.020	9.529
	2.3	5	92.000	104.667
	2.4	3	270	294

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Resultados	
			Metas	3º Período Avaliatório 01/09/19 a 30/11/19
3 Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	3.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	6	31.125	57.225
	3.2 Percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial	6	76%	74,56%
	3.3 Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	5	1.500	2.141
4 Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional	4.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PRESP	6	11.700	16.458
	4.2 Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório	6	75%	80,41%
	4.3 Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	5	630	1.135
5 Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção	5.1 Percentual de acompanhamento in loco da Supervisão no interior	4	100%	100%
	5.2 Percentual de Participação das equipes nas capacitações	5	100%	100%
	5.3 Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	5	15	10,5

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Metas		Resultados	
			3º Período Avaliatório 01/09/19 a 30/11/19			
6 Produtos e resultados das ações de base territorial	6.1 Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Local	4	68	68		
	6.2 Número de relatórios de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	3	3		
7 Gestão da Parceria	7.1 Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	6	100%			
	7.2 Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	4	100%			

2.1 – Detalhamento dos resultados alcançados:

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos						
Indicador nº 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos						
Meta do período avaliatório			Resultado do período avaliatório			
19.800			25.687			
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório						
<p>Descrição: O Programa Mediação de Conflitos - PMC tem por objetivo promover meios pacíficos de administração de conflitos em níveis interpessoais, comunitários e institucionais, que contribuam para minimizar, prevenir e/ou evitar que estes se desdobrem em situações de violências e criminalidade, a partir de atendimentos. Tem como público alvo moradores dos territórios correspondentes às áreas de abrangência das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC, que registram elevada incidência de criminalidade violenta no Estado de Minas Gerais. Seu foco é prevenir fatores de riscos, agregar valores ao capital social preexistente e possibilitar a administração de conflitos potenciais e/ou concretos, evitando que esses sejam propulsores de situações violentas e delituosas entre o seu público atendido. Esse indicador visa mensurar a quantidade de atendimentos realizados pelo PMC, alinhada à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária. Considera-se atendimento cada intervenção realizada nas seguintes modalidades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) casos individuais: intervenções que visam atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos; 2) casos coletivos: intervenções que visam atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos; 3) projetos temáticos: intervenções que visam trabalhar de forma direta e pontual as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos; 4) projetos institucionais: intervenções que visam intervir em níveis estratégicos potencializando fatores de proteção e/ou minimizando fatores de risco; 5) ações de organização comunitária: intervenções que visam o fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam. Os atendimentos deverão ser contabilizados de acordo com a quantidade de intervenções realizadas com cada pessoa, na mesma modalidade ou em modalidades diferentes. <p>No 3º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/09/2019 a 30/11/2019) foram realizados cumulativamente 25.687 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 19.800 a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.</p>						
UPC	1ºPA	2ºPA	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	TOTAL
BELO HORIZONTE-CABANA	147	202	108	91	27	575
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	201	249	76	115	98	739
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	232	303	93	76	43	747
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	220	252	143	62	50	727
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	171	174	63	56	61	525
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	126	165	53	37	104	485
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	173	224	73	89	50	609
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE AGOSTO	332	250	70	144	145	941
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	184	190	61	75	74	584
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	188	302	105	108	51	754
BELO HORIZONTE-SERRA	417	329	106	138	142	1132
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	173	255	84	105	95	712
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	354	385	111	112	78	1040
BETIM-CITROLÂNDIA	394	216	69	83	94	856
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	289	242	70	133	94	828
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	338	325	90	92	149	994
BETIM-PTB	291	256	96	123	81	847
BRUMADINHO*	80	153	53	0	0	286
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	296	426	140	83	104	1049
CONTAGEM-RESSACA	184	205	43	107	86	625

GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	248	512	95	82	151	1088
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	328	209	122	230	134	1023
IPTATINGA-BETHÂNIA	224	401	139	46	98	908
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	226	268	74	78	47	693
MONTES CLAROS-CRISTO REI	239	203	68	68	41	619
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	251	198	73	71	72	665
RIBEIRAÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	151	196	51	78	66	542
RIBEIRAÃO DAS NEVES-ROSANEVES	179	176	74	111	69	609
RIBEIRAÃO DAS NEVES-VENEZA	221	461	66	80	65	893
SANTA LUZIA-PALMITAL	262	385	105	82	101	935
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	232	225	115	64	84	720
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	203	201	95	82	85	666
UBERLÂNDIA-MORUMBI	284	292	70	45	55	746
VESPASIANO-MORRO ALTO	165	173	58	77	52	525
TOTAL	8.003	9.003	2.912	3.023	2.746	25.687

*Atividades finalizadas em outubro de 2019

Nos meses de setembro, outubro e novembro de 2019, as equipes do Programa Mediação de Conflitos realizaram 8.681 atendimentos, uma média aproximada de 2.894 atendimentos realizados por mês. Isso significa que, por mais um trimestre consecutivo, o programa cumpre com folga as metas estabelecidas para este indicador, superando-a em 29,73% no 3º PA levando-se em consideração a realização acumulada de atendimentos.

Em relação ao período avaliatório anterior, observa-se um decréscimo de apenas 3,52% no quantitativo de atendimentos e no não cumprimento da meta por quatro das 34 equipes do programa. O fechamento da UPC Brumadinho ao final de outubro pode ser localizado como um evento com impacto sobre esta ligeira queda na quantidade de atendimentos. Considerando a complexidade do contexto de encerramento, os atendimentos realizados pela equipe foram registrados apenas até o mês de setembro, sendo o mês de outubro dedicado às articulações com a rede parceira, ao encerramento das fichas de atendimento e à produção de relatórios.

PMC Morumbi e PMC Veneza foram equipes que tiveram alterações significativas na sua composição durante o 3ºPA, em razão de remanejamentos de analistas e encerramento de contratos de estágio. Nestes dois contextos, as mudanças de composição demandaram uma reorganização do trabalho e, especialmente no PMC Morumbi, este momento foi acompanhado por uma reorientação quanto às estratégias de intervenção comunitária sobre fenômenos de violência em territórios mais vulneráveis.

Por fim, tem-se o não cumprimento da meta pelo PMC Cabana por uma margem de apenas 5 atendimentos. Apesar do desempenho trimestral, é visível a reconstrução do trabalho no território em comparação com outros meses do ano. Neste segundo semestre de 2019, foram intensos os esforços para ampliar a intervenção da equipe em modalidades coletivas, algo bastante concretizado no atendimento de um caso coletivo nos meses de setembro e outubro. O encerramento deste caso impactou os resultados no mês de novembro, apresentando decréscimo no número de atendimento.

A redução em relação ao trimestre anterior é, no entanto, inexpressiva se considerarmos seu valor quantitativo (redução de 369 atendimentos para o total de 34 equipes), seu valor de comparação (o 2ºPA foi o período em que o programa atingiu patamares recordes em todos seus indicadores) e sua incapacidade de impactar de maneira negativa o cumprimento das metas pelo Programa.

Deste modo, é possível ler os resultados do 3ºPA como uma consolidação do enfoque metodológico do PMC de ampliação e aprimoramento de intervenções comunitárias sobre as dinâmicas territoriais de violência. Algo que visibiliza esta tendência é a manutenção dos percentuais de distribuição das modalidades de atendimentos em patamares idênticos ao do trimestre anterior: 56% de Atendimentos Individuais e 44% de intervenções em modalidades coletivas (Atendimentos Coletivos, Ações de Organização Comunitária e Projetos Temáticos).

Algo que se sobressai na leitura desse indicador é o aumento de 61% nos atendimentos realizados em Projetos Temáticos em relação ao trimestre anterior. No ano de 2019, esta modalidade de atendimento foi reformulada a fim de permitir uma incorporação mais ágil no cotidiano das equipes, dada sua potencialidade de intervir de maneira focalizada sobre determinados aspectos das dinâmicas territoriais de violência. No entanto, por se tratar de uma modalidade na qual a própria intervenção é concebida em parceria com moradores dos territórios atendidos, sua execução é atrelada à existência de uma proximidade da equipe do programa com a comunidade. Assim, sua expressiva ampliação durante o 3ºPA pode ser vista como um indicador muito positivo sobre a capacidade de vinculação comunitária e de leitura territorial das equipes.

Também é relevante apontar que entre o 2º e 3º períodos avaliatórios, houve um crescimento de 16% no número de temáticas de violência trabalhadas pelas equipes nos Atendimentos Individuais e Coletivos.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos**Indicador nº 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
1.400	2.048,33

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: Para além do quantitativo de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos, é importante verificar o alcance do Programa quanto ao número de pessoas atendidas por ele. Para fins desse indicador, serão consideradas as pessoas atendidas nas seguintes modalidades de atendimento, alinhado à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária:

- 1) casos individuais: intervenções que visam atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos;
- 2) casos coletivos: intervenções que visam atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos;
- 3) projetos temáticos: intervenções que visam trabalhar de forma direta e pontual as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos;
- 4) projetos institucionais: intervenções que visam intervir em níveis estratégicos potencializando fatores de proteção e/ou minimizando fatores de risco;
- 5) ações de organização comunitária: intervenções que visam o fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam. A pessoa atendida deverá ser contabilizada apenas uma vez em cada mês, independente da modalidade de atendimento.

No 3º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/09/2019 a 30/11/2019) foram atendidas em média 2.048,33 pessoas nas diversas modalidades de atendimentos do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 1.400, a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	MÉDIA
BELO HORIZONTE-CABANA	56	53	17	42,00
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	65	76	50	63,67
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	61	55	36	50,67
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	130	37	44	70,33
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	44	35	38	39,00
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	33	28	66	42,33
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	47	55	35	45,67
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE AGOSTO	40	81	68	63,00
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	53	64	64	60,33
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	67	53	33	51,00
BELO HORIZONTE-SERRA	103	81	136	106,67
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	40	62	64	55,33
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	86	88	63	79,00
BETIM-CITROLÂNDIA	62	52	72	62,00
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	49	103	59	70,33
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	60	50	128	79,33
BETIM-PTB	74	107	66	82,33
BRUMADINHO	48	0	0	16,00
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	124	63	86	91,00
CONTAGEM-RESSACA	30	83	58	57,00
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	68	49	129	82,00
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	78	118	73	89,67
IPTATINGA-BETHÂNIA	105	21	78	68,00
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	44	55	34	44,33
MONTES CLAROS-CRISTO REI	53	44	34	43,67
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	54	64	67	61,67
RIBEIRAÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	35	69	55	53,00
RIBEIRAÃO DAS NEVES-ROSANEVES	39	75	40	51,33
RIBEIRAÃO DAS NEVES-VENEZA	52	61	49	54,00

SANTA LUZIA-PALMITAL	64	63	70	65,67
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	74	42	60	58,67
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	57	62	68	62,33
UBERLÂNDIA-MORUMBI	42	38	32	37,33
VESPASIANO-MORRO ALTO	48	57	44	49,67
TOTAL	2.085	2.044	2.016	2048,33

Neste trimestre a média de pessoas atendidas pelo programa manteve-se aproximadamente similar ao realizado no trimestre passado, o que parece indicar também uma consolidação da referencialidade do programa nas comunidades. Também reflete a consolidação da orientação metodológica de ampliação e focalização em ações de cunho coletivo e comunitário. Assim, mantendo a tendência do trimestre anterior, os resultados do 3ºPA superam em muito as metas estabelecidas para o período. A média de pessoas atendidas por mês foi de 2.048, um número que é mais do que quatro vezes o patamar esperado (média de 466,7 atendidas por mês).

Entre as equipes, o não cumprimento das metas estabelecidas também foi residual. Seis equipes apresentaram médias mensais de pessoas atendidas inferiores ao esperado; mas metade delas (PMC Taquaril, PMC Veneza e PMC Morro das Pedras) não atingiram a meta por diferenças mínimas (entre 1 a 3 pessoas a menos do que o estabelecido para a média). Outras três equipes distanciaram-se em mais de 20% do esperado para este indicador, sendo elas: PMC Brumadinho, PMC Morumbi e PMC Cabana. Como apontado para o Indicador 1.1, o fechamento da UPC Brumadinho é responsável pelo desempenho negativo dos indicadores desta equipe PMC no presente trimestre, uma vez que, além de interrompido, o trabalho só foi computado no mês de setembro.

Desde agosto de 2019, o PMC Cabana vinha ampliando o alcance do programa em alguns territórios e, conseqüentemente, o número de pessoas atendidas mensalmente. Se entre março e junho, a equipe vinha atendendo mensalmente 32 pessoas, nos três meses seguintes a média mensal subiu para 54 pessoas. Essa mudança decorreu de atendimentos coletivos e ações de organização comunitária, concentrados em uma das vilas mais violentas da área de abrangência. No mês de novembro, as intervenções da equipe nessa comunidade foram concluídas, após o devido encaminhamento das demandas trazidas pelos moradores, o que reduziu momentaneamente o número de pessoas atendidas nesse período. A expectativa é de que, nos próximos meses, a equipe diversifique sua entrada em outras comunidades, aumentando seu leque de intervenções territoriais, a partir de um plano de ação construído em diálogo com a supervisão metodológica.

Houve um decréscimo no número de pessoas atendidas pelo PMC Morumbi nos meses de outubro e novembro. Esse fenômeno pode ser atribuído à completa mudança da equipe técnica, bem como à necessidade de reorientação metodológica das intervenções, até então bastante focalizadas em atendimentos individuais, de orientação para acesso a direitos, realizados apenas na UPC. A equipe já começa a ampliar sua presença na cena comunitária, realizando atendimentos em comunidades com histórico mais expressivo de violências e vulnerabilidades sociais. Espera-se que nos próximos meses haja um ganho quantitativo e qualitativo no desempenho da equipe, com ampliação do alcance territorial do programa e do acolhimento de casos de violência.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos**Indicador nº 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
5.500	7.538

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O Programa Mediação de Conflitos atua na perspectiva da mediação comunitária concebendo como essencial a interlocução com a rede de proteção social para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com a rede parceira. Metodologicamente entende-se por rede parceira as referências comunitárias e instituições atuantes na garantia e defesa dos direitos do público atendido.

Este indicador objetiva mensurar as ações construídas em rede que favoreçam o acesso a direitos do público atendido pelo PMC.

Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados:

- 1) Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à segurança cidadã e mediação comunitária;
- 2) Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno da violência e criminalidade com a rede de proteção social;
- 3) Discussão de casos com a rede de proteção social;
- 4) Encaminhamentos para a rede parceira nos casos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos realizados pelo Programa.

No 3º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/09/2019 a 30/11/2019) foram realizadas acumuladamente 7.538 ações junto às redes de apoio do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 5.500 a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	1ºPA	2ºPA	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	TOTAL
BELO HORIZONTE-CABANA	74	80	23	27	14	218
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	52	41	15	15	8	131
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	62	60	38	34	30	224
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	61	68	24	24	20	197
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	46	55	21	15	14	151
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	20	54	21	12	26	133
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	84	71	28	27	16	226
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE AGOSTO	50	67	31	20	30	198
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	81	108	32	23	26	270
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	68	50	14	22	9	163
BELO HORIZONTE-SERRA	99	151	55	46	54	405
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	81	86	30	34	28	259
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	103	99	25	23	27	277
BETIM-CITROLÂNDIA	94	88	16	30	26	254
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	96	75	24	22	23	240
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	93	94	32	36	29	284
BETIM-PTB	57	78	21	23	24	203
BRUMADINHO (RECÉM IMPLANTADO)	44	53	12	0	0	109
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	71	101	30	30	34	266
CONTAGEM-RESSACA	80	73	29	23	36	241
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	45	69	33	23	23	193
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	67	69	31	49	32	248
IPTATINGA-BETHÂNIA	55	70	21	21	20	187
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	47	88	29	30	20	214
MONTES CLAROS-CRISTO REI	42	42	19	19	14	136
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	51	57	21	22	19	170
RIBEIRAÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	33	49	14	19	33	148
RIBEIRAÃO DAS NEVES-ROSANEVES	30	75	33	34	29	201
RIBEIRAÃO DAS NEVES-VENEZA	93	62	29	23	20	227
SANTA LUZIA-PALMITAL	75	154	49	52	66	396

SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	66	71	20	26	22	205
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	110	80	36	23	24	273
UBERLÂNDIA-MORUMBI	111	139	45	35	32	362
VESPASIANO-MORRO ALTO	32	49	18	14	16	129
TOTAL	2.273	2.626	919	876	844	7.538

Em consonância com os indicadores 1.1 e 1.2, o número de ações do programa junto às redes de proteção social teve sua realização acima da meta prevista. Nesse período, este indicador também teve a sua maior realização do ano com uma média de aproximadamente 880 ações realizadas por mês. Em comparação com o período avaliatório anterior (junho a agosto/2019), verificamos nos últimos três meses um aumento de 15% no número acumulado de ações do PMC junto às redes de proteção social, saltando de 2626 para 2639. Isso equivale à 37% acima do proposto pela meta acumulada. Novamente, esse dado reflete também a tendência crescente investimento das equipes no fortalecimento de parcerias para realização de ações coletivas e para a qualificação do acompanhamento de casos individuais, especialmente aqueles que envolvem situações de violência.

Como já dito anteriormente, as equipes têm apostado cada vez mais na modalidade de atendimento “Projeto Temático”, entendido como estratégia coletiva de enfrentamento às violências. O processo de formulação, planejamento, execução e avaliação dessa forma de intervenção costuma exigir delas – além da mobilização e sensibilização dos potenciais participantes do projeto – um intenso alinhamento junto a atores da rede social mista. A atuação coordenada com os parceiros de rede costuma ser fundamental para o êxito desse processo, em todas as suas fases. Esses aspectos contribuem para uma compreensão mais apurada do acréscimo de 20%, ao longo do atual período avaliatório, na modalidade de ação denominada “Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno da violência e criminalidade com a rede de proteção social”.

Entre setembro e novembro de 2019, o número de “Discussão de Casos” junto à rede também apresentou um aumento significativo em relação ao período avaliatório anterior. Foram realizadas 830 discussões de caso com parceiros institucionais e comunitários, 27% a mais em relação ao trimestre de junho a agosto de 2019. Esse aumento pode estar associado ao volume e à complexidade dos casos de violência atendidos pelas equipes. Nos últimos três meses, houve um aumento de 16% nos casos individuais e coletivos com violência acompanhados pelas equipes. Tais casos demandam articulações frequentes e minuciosas com atores da rede de proteção social, trazendo repercussões qualitativas ao acompanhamento oferecido pelo PMC.

Ao examinarmos o desempenho das equipes ao longo do último trimestre, observamos que 30 (88%) delas superaram as metas de ações junto à rede. Apenas quatro equipes, por uma margem bastante reduzida, não conseguiram atingir os resultados esperados: PMC’s Brumadinho, Morro Alto, Cabana e Santa Lúcia.

Uma delas foi a equipe do PMC Brumadinho, pelas mesmas razões expostas acima, quando nos debruçamos sobre os números de atendimentos e de pessoas atendidas. O PMC Brumadinho encerrou a contabilização de suas atividades com a rede parceira em setembro. A partir de então, dedicou-se ao fechamento do ciclo de trabalho iniciado no começo do ano, fazendo um balanço geral das intervenções realizadas a partir de janeiro. Desse modo, não se deve considerar o descumprimento das metas nos meses de outubro e novembro, ao levarmos em conta que a equipe já não atuava mais junto ao público atendido.

O PMC Morro Alto se manteve bem próximo da meta entre os meses de setembro e novembro de 2019. As dificuldades de articulação enfrentadas pela equipe na condução dos casos e na construção de ações coletivas se deve à fragilidade da rede institucional local e municipal – historicamente deficitária em relação às necessidades das comunidades –, bem como à concentração de esforços do PMC em apenas um dos bairros da área de abrangência. De modo que as construções metodológicas vêm sendo orientadas para a diversificação das entradas territoriais e das estratégias de mobilização de referências comunitárias, incluindo outras vilas e bairros no escopo de análise e intervenção da equipe.

Quanto ao PMC Cabana, em consonância com as leituras acima, identificamos a finalização do acompanhamento de demandas coletivas como o principal fator explicativo para a retração do número de ações de rede no mês de novembro. Tais demandas, acompanhadas há meses pela equipe, estavam bastante concentradas em uma das vilas e exigiam constante interação do PMC com instituições públicas e referências comunitárias. Com o encerramento dessas fichas de atendimento, a equipe começará a executar um plano de inserção do PMC em outras comunidades, de modo a diversificar as articulações de rede e ampliar a capilaridade do programa em territórios ainda pouco acessados.

Por fim, notamos uma redução do número de ações junto à rede por parte do PMC Santa Lúcia, principalmente no mês de novembro. Essa diminuição pode estar associada ao acirramento de conflitos armados entre grupos atuantes no entorno do CPC, prejudicando a livre circulação de moradores, o endereçamento de demandas individuais ao PMC e, conseqüentemente, as articulações de rede necessárias ao acompanhamento desses casos. As demandas espontâneas – muitas delas envolvendo situações de violência – foram recorrentes a partir do mês de maio de 2019, mas se tornaram escassas em novembro deste ano. Ressalte-se também que a equipe concluiu a execução de projeto temático em setembro, de maneira que, nos meses seguintes, novos projetos ainda se encontram em fase de gestação. Enquanto estão sendo gestados, e não executados, as ações de rede podem ser menos frequentes.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**Indicador nº 2.1: Número acumulado de encontros de oficinas executados por do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
3.280	3.549,33

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: As oficinas do Programa Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa (adolescentes e jovens de 12 a 24 anos, moradores das áreas de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Local) que extrapolam a dimensão do ofício. As oficinas devem ser realizadas, preferencialmente, por moradores das áreas de abrangência das UPC (chamados de oficineiros), e que possuam experiência de trabalho com adolescentes e jovens anterior à chegada ao Programa. Os oficineiros se vinculam à Política de Prevenção Social à Criminalidade/Programa Fica Vivo! de forma a receber orientações no que tange a ações voltadas para a prevenção e redução de homicídios de adolescentes e jovens. As propostas de oficinas deverão ser selecionadas via edital público permanente e aprovadas pelas equipes técnicas do Programa Fica Vivo!, considerando a demanda local e especificidades dos territórios atendidos e se as mesmas respondem aos objetivos e diretrizes do Programa. A realização de cada oficina deverá se dar, no mínimo, em 2 (dois) encontros por semana, totalizando 5 (cinco) horas semanais de execução de projeto. Este indicador visa mensurar a média mensal de encontros de oficinas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso será contabilizado o somatório do número de encontros de oficinas realizados em cada mês do período, dividido pelo número de meses do período avaliatório.

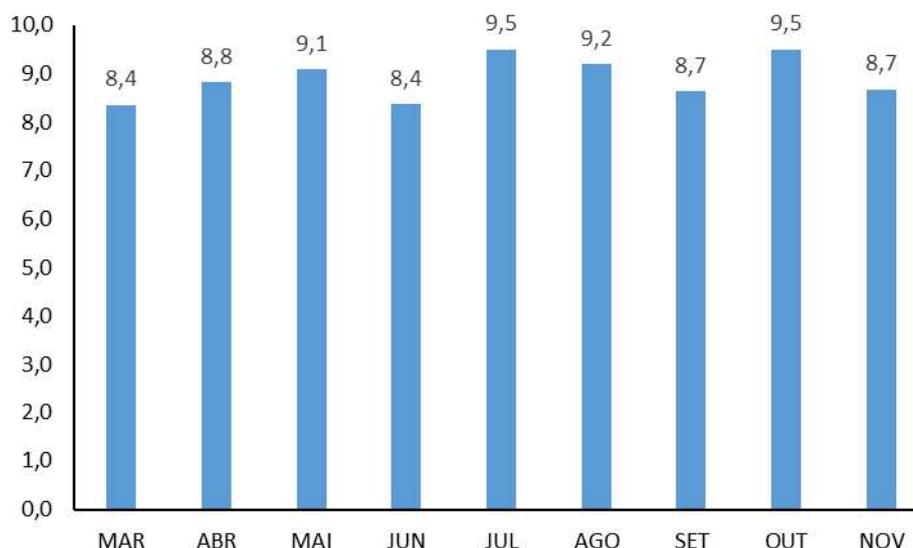
No 3º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/09/2019 a 30/11/2019) foram realizados em média 3.549,33 encontros de oficinas no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 3.280 a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	MÉDIA
BELO HORIZONTE-CABANA	142	154	146	147,33
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	90	93	91	91,33
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	109	118	117	114,67
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	95	96	95	95,33
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	87	89	84	86,67
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	120	143	116	126,33
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	108	118	97	107,67
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE AGOSTO	80	83	83	82,00
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	125	131	123	126,33
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	78	91	80	83,00
BELO HORIZONTE-SERRA	152	159	148	153,00
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	111	124	115	116,67
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	124	128	137	129,67
BETIM-CITROLÂNDIA	125	135	108	122,67
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	80	86	78	81,33
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	160	175	171	168,67
BETIM-PTB	81	91	91	87,67
BRUMADINHO (RECÉM IMPLANTADO)	25	15	0	13,33
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	156	177	158	163,67
CONTAGEM-RESSACA	68	76	66	70,00
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	71	72	66	69,67
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	73	67	53	64,33
IPTATINGA-BETHÂNIA	142	140	117	133,00
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	83	92	79	84,67
MONTES CLAROS-CRISTO REI	87	104	94	95,00
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	157	191	156	168,00
RIBEIRAÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	94	109	90	97,67
RIBEIRAÃO DAS NEVES-ROSANEVES	75	83	75	77,67
RIBEIRAÃO DAS NEVES-VENEZA	121	139	134	131,33
SANTA LUZIA-PALMITAL	151	166	151	156,00
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	92	97	95	94,67
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	63	64	66	64,33
UBERLÂNDIA-MORUMBI	58	59	48	55,00

VESPASIANO-MORRO ALTO	86	99	87	90,67
TOTAL	3.469	3.764	3.415	3.549,33

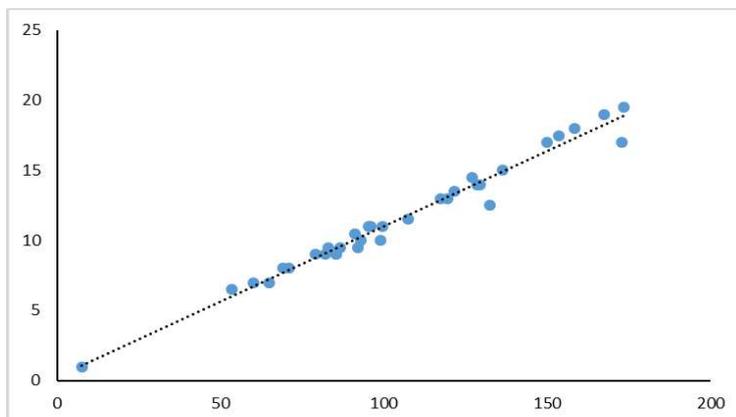
Conforme discutido nos períodos anteriores, este indicador é definido basicamente pela relação entre a quantidade de oficinas em funcionamento e a sua distribuição em termos de números de dias da semana em que os encontros são ofertados. Contratualmente, os oficinairos devem ofertar dois encontros semanais. Assim, para cada mês o resultado esperado desse indicador será dado pela multiplicação da quantidade de oficinas em funcionamento pela quantidade média de encontros esperados por oficina no mês. Assim, nos números descritos acima, as variações na quantidade de encontros ofertados estão associadas diretamente a quantidade de oficinas em execução em cada localidade cuja variação está associada, dentre outros fatores, à dimensão do território, contexto de dinâmica criminal e tamanho da população jovem, etc. Para ilustrar isso apresentamos dois gráficos abaixo. O primeiro descreve a média de encontros realizados em cada uma das oficinas do programa em cada um dos meses do período avaliatório. O segundo apresenta a relação entre a quantidade de oficinas e a quantidade de encontros executados nelas.

Gráfico – Média de encontros de oficinas por oficina e mês – Programa Fica Vivo! 1º e 2º e 3º PAs



O gráfico acima descreve qual foi a média de encontros por oficina dentro de cada mês do 1º e 2º e 3º períodos avaliatórios. Em setembro foram executadas 401 oficinas no programa com uma média de 8,7 encontros executados em cada uma delas. Em outubro foram executadas 396 oficinas com um média de 9,5 encontros em cada uma delas. Já em novembro foram executadas 393 oficinas com uma média de 8,7 encontros em cada uma delas. Nunca é demais ressaltar que mais de 90% das oficinas funcionam em locais públicos ou comunitários. Sob essa ótica, avaliamos que a parte dos contratos estabelecidos entre Instituto Elo e oficinairos são cumpridos com excelência. Há que se ressaltar também o esforço realizado por este grupo para manter e executar as oficinas oferecendo o oportunizando variadas atividades esportivas e culturais as jovens nas diversas comunidades onde o programa atua.

Gráfico – Dispersão entre a média de encontros de oficinas no trimestre (x) e a média de oficinas executadas no trimestre por UPC – Programa Fica Vivo – 3º PA



Já este gráfico descreve a relação entre a quantidade de oficinas em uma UPC e a quantidade de encontros que ela oferta. Assim, existe quase uma relação linear entre essas duas variáveis, ou seja, quanto maior a quantidade de oficinas em uma localidade, maior será a quantidade de encontros ofertados aos jovens.

Vale ressaltar também que por motivos diversos os encontros podem não ocorrer conforme o esperado, desde questões operacionais como indisponibilidade dos espaços para execução até elementos associados a dinâmicas criminais afetam a execução dos encontros. A implantação de novas oficinas também ampliam a quantidade de encontros executados.

Abaixo segue uma discussão para algumas unidades que observamos ampliações e reduções no número de encontros executados

Jardim das Alterosas – Betim.

A equipe do Jardim das Alterosas vem promovendo a reorganização do grupo de oficinairas (os) no território. Tal movimento surge pela possibilidade de atuação do programa em regiões não atendidas anteriormente. O contato com as juventudes foi preponderante para a tomada de decisão. Pois os jovens explicitaram o anseio por novas modalidades de ofício, além de elencarem outros atores como referências das juventudes naquela localidade. Posto isto, as analistas intensificam o acompanhamento e a formação de dois oficinairos, que já apresentavam questões ora metodológicas ora técnicas. Contudo, não foi possível a continuidade dos mesmos no programa. O desligamento das duas oficinas é fator único para a redução do indicador no território. A reposição das oficinas respeitando as demandas e especificidades dos jovens e do território está em curso. E o quanto antes a meta pactuada voltara a ser atingida.

Morumbi: o número de encontros de oficinas executados no Programa Fica Vivo! no Morumbi permaneceu acima da meta proposta ao longo de todo o trimestre Setembro-Outubro-Novembro, uma vez que desde Julho foram implantadas duas oficinas e não houve recálculo da meta (conforme acrescido em relatório do trimestre anterior).

Ressaca: No presente período avaliatório, foi possível verificar que o número de encontros de oficinas desta unidade encontra-se ligeiramente abaixo da meta. É possível considerar que esta situação se deve aos seguintes fatores: 1) houve o desligamento de duas oficinas. Uma delas foi substituída em agosto, entretanto, nesta unidade de prevenção permaneceu com o déficit de uma oficina por cerca de dois meses; 2) A oficina de teatro foi desligada no meio do mês de outubro, a oficina tendo, portanto, realizado metade dos encontros previstos. No que diz respeito ao tópico número um, a equipe realizou processo de divulgação e procura por novas propostas de projetos de oficinas. Foi selecionado projeto de oficina de futsal feminino, que está em processo de tramitação para assinatura de contrato. Com esta implantação, o número de encontros tende a alcançar a meta estabelecida.

Santos Reis – Montes Claros.

A atuação do programa de controle de homicídios Fica Vivo! no território Santos Reis, apresenta questões bastante peculiares, que, de certo modo, terminam por provocar oscilação dos números neste indicador. Os adolescentes e jovens atendidos pelo programa tendem a solicitar das equipes técnicas outras formas de atendimento, sobretudo os projetos locais e de circulação, que são importantes estratégias metodológicas para o atendimento de adolescentes e jovens. O elevado número de ações realizadas no formato e o quantitativo de atendimentos, corroboram a sintonia entre as características da juventude do Santos Reis e a capacidade de leitura e resposta da equipe técnica. É preciso dar ciência ao leitor e a leitora, que tais intervenções são pensadas e aplicadas de modo coletivo. A horizontalidade entre oficinairos, jovens, comunidade e analistas na construção das intervenções nos territórios é essencial ao Fica Vivo! e explícita a aposta do programa na participação social, sobretudo da das juventudes. A crença na construção horizontal e dialógica entre os atores faz com que sejam necessárias escolhas, que invariavelmente trazem questões de outra ordem para a cena. A opção pela realização de projetos tende a fazer, que os encontros com jovens em oficina sejam substituídos com maior frequência por outras modalidades de atendimento também previstas na metodologia do programa. A supervisão vem trabalhando junto à equipe estratégias técnicas e teóricas, com o intuito de promover maior diversidade nas formas de atendimento aos jovens e adolescentes público deste programa. Vale ressaltar, que tais estratégias buscam ainda retomar os atendimentos individuais a serem realizados pela equipe.

Serra – Belo Horizonte.

Ao analisar os dados referentes a este indicador no Cpc Serra, fica evidente a gama de fatores, que terminam por influenciar ou não, no cumprimento das metas estabelecidas. A equipe do programa Fica Vivo!, durante o trimestre em questão, se deteve no acompanhamento, qualificação e avaliação do grupo de oficinairos. Desde então, ocorreram os desligamentos de três oficinas, sendo este um dos fatores importantes para o não alcance do objetivo pactuado. Outro ponto relevante a ser levando em conta é a temporada de chuvas. O programa Fica Vivo! na Serra, tem parcela significativa de suas oficinas realizadas na rua e ou em espaços públicos, que, nem sempre contam com cobertura e assim impossibilitam a realização de alguns encontros. O último ponto da tríade, que justifica o não alcance da meta foi a realização de projeto local no mês de novembro de 2019, que contou com a participação dos oficinairos e jovens das oficinas de esporte e de cultura. E como citado anteriormente, a construção coletiva e a realização de eventos desse porte tendem a impactar nos encontros de oficinas, em contrapartida, potencializam a relação com as juventudes e território. A reposição das oficinas que foram desligadas. A organização das analistas e oficinairos (os), para a construção de estratégias que permitam o atendimento em segurança, e condizente com a metodologia do programa, mesmo que, em condições climáticas adversas, tem sido pauta constante nas supervisões com a equipe. A realização do projeto local foi uma importante construção entre analistas, oficinairos (os), gestão social e supervisão objetivando o aumento da capilaridade do programa na região. É salutar dizer, que mesmo impactando no indicador os resultados foram extremamente positivos. Como citado em outro momento, escolhas são necessárias.

Taquaril – Belo Horizonte.

No território do Taquaril ocorreram as rescisões de duas oficinas, fato que, invariavelmente afeta o indicador. É prudente ressaltar, que anteriormente aos desligamentos aconteceram suspensões temporárias de projetos de oficinas. Sendo estes pontos cruciais para o não atingimento da meta no trimestre em avaliação. Como em outros territórios a supervisão metodológica em alinhamento com equipe e gestão social, vem traçando estratégias para a retomada das oficinas com novos proponentes. Tal movimento é importante para a qualificação do trabalho no território e também para o alcance da meta.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**Indicador nº 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
9.020	9.529

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

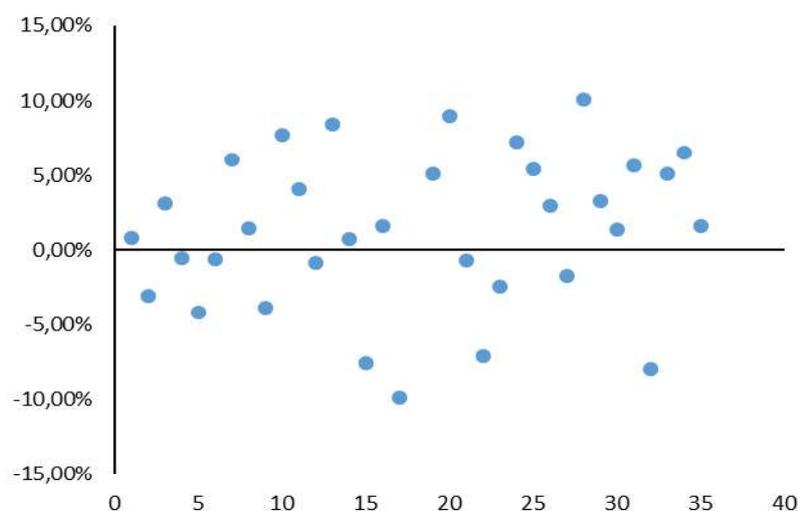
Descrição: As oficinas do Programa Fica Vivo! a partir da realização de atividades esportivas, culturais e artísticas possibilitam: o estabelecimento de vínculo entre os adolescentes e jovens e o Programa; a abertura de espaços para expressão de diferenças e singularidades sem julgamentos morais e preconceituosos; a criação de espaços de reflexão sobre formas de prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas; a promoção da circulação de adolescentes e jovens pela região de moradia; o favorecimento da integração entre os adolescentes e jovens atendidos. Este indicador visa mensurar o número absoluto mensal de jovens que frequentam as oficinas executadas pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso, será contabilizado o somatório do número absoluto de jovens que participaram em alguma oficina nos meses do período, dividido pelo número de meses do período avaliatório. Não poderão ser contabilizados em duplicidade os jovens que participam em mais de uma modalidade de projeto de oficina.

No 3º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/09/2019 a 30/11/2019) foram atendidos em média 9.529 jovens nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 9.020 a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de jovens em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	MÉDIA
BELO HORIZONTE-CABANA	359	346	360	355,00
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	205	186	203	198,00
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	301	325	332	319,33
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	238	254	261	251,00
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	237	237	219	231,00
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	264	283	277	274,67
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	331	324	290	315,00
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE AGOSTO	269	248	223	246,67
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	317	309	312	312,67
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	196	190	208	198,00
BELO HORIZONTE-SERRA	323	334	319	325,33
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	319	328	297	314,67
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	304	362	364	343,33
BETIM-CITROLÂNDIA	360	368	360	362,67
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	312	314	315	313,67
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	453	468	433	451,33
BETIM-PTB	204	207	237	216,00
BRUMADINHO	19	19	0	12,67
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	493	504	511	502,67
CONTAGEM-RESSACA	118	118	110	115,33
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	185	185	196	188,67
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	262	262	223	249,00
IPATINGA-BETHÂNIA	328	333	316	325,67
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	202	190	191	194,33
MONTES CLAROS-CRISTO REI	179	175	166	173,33
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	403	427	405	411,67
RIBEIRÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	264	259	277	266,67
RIBEIRÃO DAS NEVES-ROSANEVES	220	228	239	229,00
RIBEIRÃO DAS NEVES-VENEZA	297	308	308	304,33
SANTA LUZIA-PALMITAL	438	465	444	449,00
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	348	348	360	352,00
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	180	164	180	174,67
UBERLÂNDIA-MORUMBI	238	209	206	217,67
VESPASIANO-MORRO ALTO	324	341	337	334,00
TOTAL	9.490	9.618	9.479	9.529,00

Este indicador já visa mensurar a quantidade de jovens que são atendidos em cada uma das oficinas ofertadas. Tal como no 2º PA, neste período, observamos certa estabilidade no número de oficinas executadas e uma ampliação da média de jovens participantes em oficinas comparado ao trimestre passado. A média de jovens em cada oficina passou de 23,86 para 24,25 comparando os dois trimestres. Isso implicou também na ampliação da média de jovens que passou de 9376 jovens para 9529, uma ampliação da ordem de quase 1,63%. O Instituto Elo considera o aumento da média mensal de jovens participantes em oficinas uma resposta aos investimentos e acompanhamento da equipes de supervisão e gestão social junto às equipes na qualificação das oficinas do Programa Fica Vivo!, tendo em vista este ser o modo de atendimento preponderante do Programa. Apesar do resultado geral do programa, em algumas UPCs há oscilações nos resultados, boa parte delas está associada à implantação, desligamentos e suspensões de oficinas. Por outro lado, em muitos casos, onde há a manutenção dos números de oficinas, há ou a redução da média de jovens ou a sua ampliação.

Abaixo segue um gráfico com o quadro de ampliação/redução da média de jovens em cada UPC e na sequência uma discussão sobre os contextos específicos de algumas unidades.



Carapina: O número da média mensal de jovens encontra-se abaixo do esperado para o período. Alguns fatores têm influenciado no baixo número de jovens em algumas oficinas, a saber: conflitos entre jovens mulheres nas oficinas, o que faz com que algumas deixem de ir para a atividade; oficinas que tiveram um início recente, e que estão em fase de captação de jovens e adaptação ao território. Sobre os conflitos entre jovens, a supervisão construiu com a equipe proposta de intervenção com as jovens que atualmente participam, para que possa haver uma reflexão sobre o uso de um espaço coletivo. Além disso, a equipe tentará diálogo com as jovens que se afastaram da oficina, para que, caso queiram, retornem. A oficina em que estes conflitos têm ocorrido é a oficina de manicure. Quanto às oficinas que iniciaram recentemente, a equipe realizará acompanhamento e promoção de atividades para divulgação das oficinas, juntamente com asicineiras de fotografia e futsal feminino. Além disso, a oficina de futsal mudará de horário, buscando contemplar um período que amplie as possibilidades de participação das jovens. A equipe ainda selecionou um projeto de oficina que se iniciará em breve, tendo como alvo o público feminino da região do Santa Helena (oficina de maquiagem e estética).

Cristo Rei – Montes Claros.

O programa Fica Vivo! no território do Cidade Cristo Rei, conta atualmente com dez oficinas ativas, sendo nove de temáticas relacionadas a arte, cultura e lazer e uma oficina de futsal. O reduzido número de oficinas de esporte não se dá apenas por estratégia das analistas. O território da Cidade Cristo Rei carece de espaços públicos, sejam eles para as práticas esportivas e ou para o encontro juvenil e comunitário. A opção por ofícios distintos do esporte leia-se futebol, tendem a diminuir o quantitativo de jovens. Contudo, diante deste cenário se configura como valorosa estratégia para produzir *marcas* pela via das artes e da palavra junto às juventudes. Ademais, os números apresentados no trimestre em análise, apresentam pouca oscilação e inclusive apontam para a aceitação da proposta pela juventude do território. Diante do panorama apresentado equipe e supervisão vêm construindo estratégias para promover maior adesão do público às oficinas existentes. Chamamentos públicos estão em voga vislumbrando a reposição do quadro de oficineiros. Concomitante aos movimentos citados a equipe tem se debruçado nas pautas apresentadas pelas juventudes, sobretudo aquelas relacionadas à ausência de espaços públicos. O esperado é que tais movimentos fortaleçam a imagem do Fica Vivo! e apresentem as oficinas como local de elaborações coletivas e individuais, públicas e privadas.

Jardim Canaã: no que tangencia esse indicador, o Fica Vivo! no Jardim Canaã vem apresentando oscilações numéricas ao longo do segundo semestre de 2019, especialmente no último trimestre. A média mensal de jovens oscilou entre 180 – 164 – 180 jovens participantes, mas ainda permanece aquém da meta proposta. As oficinas realizadas na Praça e entornos do bairro Jardim Canaã são as que mais evidenciam essas alterações em participantes mensais, a saber: grafite, futebol e esportes (jogos). O Jardim Canaã tem vivenciado modificações nas dinâmicas territoriais, tanto no que se refere às violências, quanto às políticas de

moradia. Novas lideranças do tráfico de drogas ao assumirem a referência pela localidade têm mantido normas organizativas que visam o capital e com isso, os postos de denominados trabalhos têm sido ocupados por jovens de outros bairros, numa linha/escala de abertura mercadológica que aumenta o fluxo de pessoas na região. Além disso, jovens e suas famílias que saíram das ocupações no entorno do bairro para locais de moradia ofertados pela prefeitura, estão retornando ao Jardim Canaã, sendo frequente também, o trânsito dos jovens entre os bairros. Tais bairros se localizam fora da área de abrangência do CPC, a saber: Shopping Parque, Jardim Célia, Lago Azul, Cidade Jardim, Jardim Holanda, Pequis e Morada Nova. Dessa forma, tanto os jovens de outras localidades sem vinculação com o Fica Vivo!, quanto os jovens que foram participantes de oficinas em tempos anteriores, se colocaram no movimento de ir e vir no referido território, tendo como consequência a oscilação nos números de atendimentos. Esses jovens, público prioritário do Programa, têm se ligado ao Fica Vivo! por meio das oficinas e por atendimentos individuais, mas não necessariamente se mantido em permanentes encontros. Ademais, apesar desses cenários possibilitarem intervenções de prevenção à criminalidade, o Programa no Canaã necessita de qualificações e ampliações das ações ofertadas (

Jardim das Alterosas – Betim.

O Jardim das Alterosas apresenta questões importantes e que carecem serem explicitadas neste documento. Como citado anteriormente, a equipe vem trabalhando junto ao grupo de oficinairos com o objetivo de potencializar as ações no território. O encerramento de duas oficinas contribuiu para o não atingimento da meta. A equipe promoveu junto aos oficinairos formações relacionadas ao correto preenchimento dos instrumentais (lista e cadastro de jovens), a partir do movimento ocorreu à diminuição dos números apresentados para o indicador. A supervisão vem construindo junto à equipe estratégias de potencializar o acesso de jovens às oficinas do programa Fica Vivo! É importante salientar, que, a maior qualidade na produção dos instrumentais por parte dos oficinairos, aumenta a assertividade das intervenções no enfrentamento aos desafios apresentados pelo território. A implantação das oficinas em substituição aos recentes desligamentos também se configura como estratégia de acesso aos jovens e atingimento das metas pactuadas para o próximo trimestre.

Jardim felicidade: No presente período avaliatório, a média mensal encontra-se um pouco abaixo do esperado. A equipe tem se mobilizado na elaboração de estratégias para o aumento do número de participantes em oficinas. A supervisão sugeriu que os esforços se dessem de maneira prioritárias nas oficinas com menor número de jovens. A equipe tem feito este movimento em duas etapas. A primeira é a realização de reuniões individuais visando construir com os oficinairos estratégias para o aumento no quantitativo de jovens em oficinas. A segunda é, após as reuniões individuais, acompanhar os desdobramentos das intervenções. Ao fim deste processo, será possível para a equipe fazer uma avaliação mais abrangente das oficinas com menor quantidade de jovens, quais avanços foram possíveis e sobre a continuidade ou não de algumas oficinas.

Jardim Leblon: A média mensal de jovens se situou um pouco abaixo da meta no período avaliatório setembro-novembro. Como possível fator para esse resultado, é possível elencar o número um pouco mais baixo de jovens em algumas oficinas. A equipe tem feito esforço constante para a qualificação e eventual aumento dos atendimentos de jovens nas oficinas. Ocorreu a implantação de oficina de dança na Vila do Índio, a fim de aprofundar as estratégias de acesso à juventude nesta localidade. A oficina foi implantada em setembro, no período avaliatório anterior, e a equipe vem realizando o devido acompanhamento. Além disto, a equipe tem avaliado de forma mais próxima oficinas com baixo número. Em reuniões individuais, a equipe tem discutido alternativas com os oficinairos para o aumento de participantes. Uma das oficinas de grafite encontra-se em avaliação, e outra oficina da mesma modalidade, situada na região da rua México, foi desligada. A equipe vem buscando possibilidades de substituição que se adequem aos objetivos do programa e que possam atrair os jovens.

Palmital: Há uma repetição da média mensal de jovens abaixo da meta também nesse trimestre avaliativo. A equipe tem se mobilizado junto aos oficinairos para o aumento do número de jovens em oficinas. Além disto, tem realizado avaliação de oficinas com menor número de jovens. Há que se ressaltar, contudo, que algumas localidades, como o Palmital A, tem tido alteração na circulação da juventude pela região devido a um conflito latente entre Palmital A e Gávea. A circulação de jovens, de acordo com a equipe, tem sido reduzida, impactando nos atendimentos. Isso posto, há ainda a necessidade de prosseguir o trabalho para ampliação do número de jovens em oficinas que apresentam número baixo, mas que não se encontram nesta área de conflito. A equipe tem realizado reuniões individuais para construir estratégias, além de acompanhamento de eventual evolução da oficina. Espera-se que no próximo período seja possível o estabelecimento de diagnósticos sobre estas oficinas e direcionamentos mais práticos, no sentido de uma real ampliação ou desligamento de oficinas.

Ressaca: A média mensal de jovens também se encontra abaixo da meta pactuada, tal como o número de encontros. Considerando o fato de que há uma oficina a menos, é possível considerar esse como um dos fatores que interferem no fluxo mensal de jovens no Programa Fica Vivo! Ressaca. Outro fator a ser considerado é o uma média mais baixa de participação dos (das) jovens nas oficinas. Tal fator pode ser explicado por ser um centro de prevenção onde a maioria das oficinas é de arte e cultura. Tradicionalmente no programa, são oficinas que costumam ter um público menor do que modalidades como esporte, por exemplo. Entretanto, cabe ressaltar a importância da existência de oficinas desta natureza no âmbito do programa. Tais oficinas proporcionam aos (às) jovens espaço de encontro com o lúdico, diferentes possibilidades de troca e reflexão. Além disto, estas oficinas se configuram como um ativo importante na eventual transmissão e fomento de saberes e/ou discussões seja para os (as) jovens participantes de outras oficinas, seja para a comunidade como um todo. A equipe tem se organizado para um acompanhamento de maior constância das oficinas com número mais baixo de jovens. Após esta qualificação inicial, será avaliada a possibilidade de substituições. Cabe ainda colocar que como estratégia mais imediata a equipe selecionou proposta de projeto de oficina de futsal feminino, que está em fase de tramitação no Instituto Elo.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**Indicador nº 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
92.000	104.667

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! desenvolve, a partir do Eixo de Proteção Social, atividades individuais e coletivas realizadas por meio de atendimentos ao público nas seguintes modalidades:

1) Atendimentos individuais: são realizados pelos Analistas Sociais e se destinam ao seu público foco, ou seja, a adolescentes e jovens de 12 a 24 anos moradores das áreas de abrangências das UPC. Baseiam-se, desse modo, em uma escuta e intervenção apuradas e na articulação entre aspectos sociais e subjetivos.

2) Atendimentos Coletivos:

a) Projetos de Oficinas: as oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa e que, por serem implantadas a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, articulada à demanda dos adolescentes e jovens, podem acontecer em diferentes locais das áreas de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Local. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes em todas as oficinas no período avaliatório.

b) Projetos Locais: são conjuntos de ações planejadas, com início e fim determinados, a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, devendo alcançar objetivos estabelecidos previamente e, como perspectiva, a ampliação das possibilidades de aproximação e atendimento aos jovens.

Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes nos Projetos Locais no período avaliatório.

c) Projetos de Circulação: se configuram como conjunto de ações planejadas a partir das especificidades de cada território e do público, com prazos e objetivos previamente definidos. Diferenciam-se, contudo, dos Projetos Locais, por promoverem a circulação do público atendido para além da região

de moradia, favorecendo, deste modo, a ampliação das perspectivas de circulação e de acesso à cidade.

Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes nos Projetos de Circulação no período avaliatório.

d) Projetos Institucionais: são projetos que se configuram por ser uma atividade que envolve, em um só projeto, todas as localidades atendidas pelo Programa ou parte delas. São elaborados pela Diretoria do Programa Fica Vivo! e executados conjuntamente com a OS.

Este indicador será calculado pelo somatório cumulativo de todas as modalidades (individual e coletivas) definidas acima.

No 3º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/09/2019 a 30/11/2019) foram realizados acumuladamente 104.667 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 92.000 a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	1ºPA	2ºPA	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	TOTAL
BELO HORIZONTE-CABANA	1056	1150	385	412	404	3407
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	701	808	243	218	242	2212
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	1100	1024	339	341	380	3184
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	911	977	330	349	337	2904
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	907	926	309	311	295	2748
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	814	1193	300	288	279	2874
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	1020	1084	359	424	304	3191
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE AGOSTO	949	911	334	300	291	2785
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	1063	1242	343	329	427	3404
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	633	637	201	224	216	1911
BELO HORIZONTE-SERRA	1135	1052	505	473	540	3705
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	1113	1106	337	344	320	3220
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	1152	1115	411	460	473	3611
BETIM-CITROLÂNDIA	1110	1375	439	472	420	3816
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	1120	1117	329	351	335	3252
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	1371	1745	482	493	492	4583
BETIM-PTB	931	858	240	249	289	2567
BRUMADINHO	30	6	19	19	0	74

CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	1516	1650	572	570	585	4893
CONTAGEM-RESSACA	506	384	154	182	166	1392
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	643	836	257	232	228	2196
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	1248	1657	380	356	311	3952
IPTATINGA-BETHÂNIA	1182	1473	394	393	463	3905
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	662	753	214	205	205	2039
MONTES CLAROS-CRISTO REI	984	1005	396	380	335	3100
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	1723	2024	600	621	627	5595
RIBEIRAÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	1141	955	306	332	315	3049
RIBEIRAÃO DAS NEVES-ROSANEVES	698	765	254	329	265	2311
RIBEIRAÃO DAS NEVES-VENEZA	983	1006	321	413	333	3056
SANTA LUZIA-PALMITAL	1442	1451	468	507	478	4346
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	1181	1177	505	446	442	3751
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	660	669	198	195	260	1982
UBERLÂNDIA-MORUMBI	538	966	410	261	290	2465
VESPASIANO-MORRO ALTO	1123	993	353	371	347	3187
TOTAL	33.346	36.090	11.687	11.850	11.694	104.667

Neste período, em consonância com a ligeira queda no número de oficinas, o número de atendimentos apresentou uma diminuição se comparado ao 2º PA. O número de atendimentos do Programa tem apresentado ampliação consistente desde o primeiro mês do Contrato de Gestão. Podemos considerar que talvez este indicador seja o que mais oscile ao longo dos meses devido ao fato da inserção de outras formas de atendimento em sua quantificação. Alguns exemplos destas outras formas de atendimento são os projetos locais e projetos de circulação. Tais projetos são estratégias importantes para a aproximação e interação com os jovens no Programa. Abaixo discute-se algumas unidades que apresentam algumas especificidades no período.

Jardim das Alterosas – Betim.

Os indicadores do programa Fica Vivo! estão diretamente relacionados entre si, deste modo a reorganização do trabalho na dimensão proposta pela equipe do Jardim das Alterosas, tende a impactar todos os indicadores. Em específico no Alterosas a nova conformação do grupo de oficinheiros é a primeira estratégia para a qualificação do trabalho e cumprimento das metas. Posteriormente a redistribuição das oficinas e o acesso a regiões e jovens não atendidos anteriormente serão fundamentais para o aumento da capilaridade do programa e a maior potencial para o controle de homicídios. A supervisão vem pautando para o planejamento 2020 a priorização de outras formas de atendimento no território. Os projetos locais e de circulação são estratégias adequadas para a diversificação dos atendimentos e para além, fortalecem o vínculo com jovens e comunidade, ampliando o número geral de jovens atendidos pelo programa Fica Vivo!

Morumbi: Considerando os dados quantitativos, nesse indicador, o Programa Fica Vivo! no Morumbi apresenta “evolução acima do previsto”. O Fica Vivo! no Morumbi vem de uma crescente na realização de Projetos Locais, o que impacta no número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa. Ao longo do ano de 2019, o Programa conseguiu reconhecimento e visibilidade na rede institucional e comunitária dos territórios da área de abrangência, sendo frequentemente convidado a construir ações coletivas de proteção às pessoas em situação de risco e vulnerabilidade decorrente de diversos fatores (etários, culturais, de saúde, econômicos...), bem como ações propositivas de intervenção/enfrentamento a determinadas realidades e fenômenos. No mês de Setembro, por exemplo, as redes de saúde e educação incluíram o Programa em ações do “Setembro Amarelo – prevenção ao suicídio”, tendo com temática “as dores da juventude”. O Fica Vivo!, considerando seus recortes: etário de atendimento, territorial e de objetivo bem delimitado dentro da segurança pública, propôs a participação pela via de discussão sobre a violência como mais um elemento nas dores da juventude. Participaram 120 jovens (ao longo das ações no mês), tendo como destaque a oficina de Hip Hop que a partir do improviso e batalhas de rap trabalhou a importância dos espaços de sons falas/vozes das juventudes sobre as situações de violência que atravessam suas vidas e que interferem em suas saúdes, bem como em suas relações com as comunidades e consigo. Outro ponto relevante, refere-se à meta subestimada, visto que com duas novas oficinas (Hip Hop e Multi esportes Femininos) implantadas em julho, o número acumulado de atendimentos aumentou em consequência.

Ribeiro de abreu: A unidade não conseguiu alcançar a meta no presente período avaliativo. Algumas hipóteses podem ser elencadas como elementos que impactaram nos números. A primeira refere-se ao desligamento de duas oficinas, de grafite e futebol feminino. A equipe já procedeu com a implantação de uma oficina de dança com atuação no Paulo VI, e está com um projeto de hip hop em tramitação para implantação. Outra hipótese a ser aventada com relação ao menor número acumulado refere-se também ao de que algumas oficinas se encontram com um número baixo de jovens, por exemplo, a de futebol feminino próxima à Escola Bolivar Tinoco.

Taquaril – Belo Horizonte.

O programa Fica Vivo! Taquaril, tem sido pauta recorrente nos espaços de discussões metodológicas e entre os demais atores, que compõem a política de prevenção social às violências e criminalidades. Tanto que foi elaborado o plano de ações técnicas e metodológicas, visando maior qualidade na execução da metodologia e cumprimento dos resultados pactuados. Novamente os dados aferidos no período não são satisfatórios, mas indicam melhorias em relação ao trimestre anterior. O não alcance do objetivo neste indicador era presumível, pois o número acumulado de atendimentos realizados no programa, está intimamente ligado aos demais indicadores. São quantificáveis e notórias as dificuldades enfrentadas pelo programa no território, e ainda assim, é importante retomar neste texto alguns pontos; pouca capilaridade da equipe junto aos jovens e comunidade; pouca entrada junto ao grupo de oficinheiros; formação e atualização dos oficinheiros e rede; localização da unidade de prevenção. Deve

ser notória também a preocupação da supervisão metodológica e diretoria do programa Fica Vivo! Para com o território. Os analistas sociais têm sido acompanhados pela supervisão metodológica, gestão e demais atores e a partir dos acompanhamentos se fizeram necessárias mudanças no perfil da equipe. Para o primeiro trimestre do ano de 2020 a construção do planejamento prevê investimento prioritário nas seguintes frentes: Grupo de oficinairos; rede socio comunitária e institucional; articulação institucional (PMC); realização de projetos locais (visando maior aproximação comunitária). Em consonância com as ações relatadas acima, duas pautas são importantes ao tratar deste território em específico, a primeira delas é a definição ou não da continuidade da unidade de prevenção na localização atual. Outro ponto crucial é o da retomada das oficinas em sua totalidade, após o contingenciamento de oficinas no semestre anterior a equipe sofreu a diminuição no teto de oficinas. Por fim, o território do Taquaril e todas as suas especificidades e desafios seguiram acompanhados com bastante proximidade pela supervisão metodológica.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**Indicador nº 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
270	294

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: Base de sustentação do Eixo Proteção Social, o Eixo Intervenção Estratégica é resultado da articulação interinstitucional entre a Secretaria de Estado de Segurança Pública, as Polícias Militar e Civil, Ministério Público, Poder Judiciário, Órgãos Municipais de Segurança Pública e gestores sociais como representantes da OS. As ações vinculadas a este Eixo, para fins desse indicador, são: a) as reuniões periódicas entre GEPAR (Grupo Especial de Policiamento em Áreas de Risco) da Polícia Militar de Minas Gerais, equipes técnicas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! e gestores sociais responsáveis pela coordenação das Unidades de Prevenção à Criminalidade de Base Local; b) funcionamento de Grupos de Intervenção Estratégica. Este indicador visa mensurar:

- 1) Quantidade de reuniões periódicas entre GEPAR, equipes técnicas e gestores sociais através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! que devem ocorrer no mínimo 1 (uma) vez ao mês em cada um dos 33 (trinta e três) territórios de atuação e que possuem como principais pautas: estudo da dinâmica da violência e da criminalidade; definição, monitoramento e avaliação de ações conjuntas pactuadas para promoção da qualidade de vida e da segurança local;
- 2) Quantidade de participação dos gestores das Unidades de Prevenção à Criminalidade de base local, representando a proteção social, nas reuniões ordinárias dos Grupos de Intervenção Estratégica - GIE, que ocorrem com agendas distintas e pré-definidas para cada município de atuação do Programa, totalizando uma média de 6 encontros por mês, tendo como principal objetivo a prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas por meio da ampliação da assertividade e tempestividade das ações repressivas realizadas nas áreas de abrangência do Programa. Para isto, é imprescindível que se crie uma rede de informações, sendo fundamental a realização de reuniões envolvendo os representantes do GIE.

No 3º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/09/2019 a 30/11/2019) foram realizadas acumuladamente 294 ações de intervenções estratégicas no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 270, a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	1ªPA	2ªPA	SETEMBRO		OUTUBRO		NOVEMBRO		TOTAL
			GEPAR	GIE	GEPAR	GIE	GEPAR	GIE	
BELO HORIZONTE-CABANA	1	5	0	1	0	0	1	1	9
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	2	4	1	1	0	1	0	0	9
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	3	2	0	0	1	0	0	0	6
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	3	4	1	0	1	0	0	0	9
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	2	2	1	1	1	0	0	1	8
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	2	7	2	0	1	0	0	0	12
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	3	3	0	0	1	0	0	0	7
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE AGOSTO	4	2	0	1	1	0	0	0	8
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	3	3	1	1	0	0	0	1	9
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	3	3	1	0	0	0	1	0	8
BELO HORIZONTE-SERRA	3	4	1	0	1	1	0	1	11
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	3	4	1	0	0	0	0	1	9
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	2	3	1	0	1	0	0	0	7
BETIM-CITROLÂNDIA	1	4	1	0	1	1	0	0	8
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	2	4	0	0	1	1	1	0	9
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	3	5	1	0	1	1	1	0	12
BETIM-PTB	1	3	0	0	1	0	0	0	5
BRUMADINHO (Não há GEPAR)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	5	2	0	1	1	0	0	1	10
CONTAGEM-RESSACA	4	1	1	0	0	0	0	0	6
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	5	5	1	0	1	1	0	0	13
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	4	4	0	0	1	0	1	0	10
IPTATINGA-BETHÂNIA	4	5	1	0	1	1	1	0	13
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	0	5	1	0	0	0	1	0	7
MONTES CLAROS-CRISTO REI	3	3	0	1	1	0	0	1	9
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	2	3	0	0	0	0	1	0	6

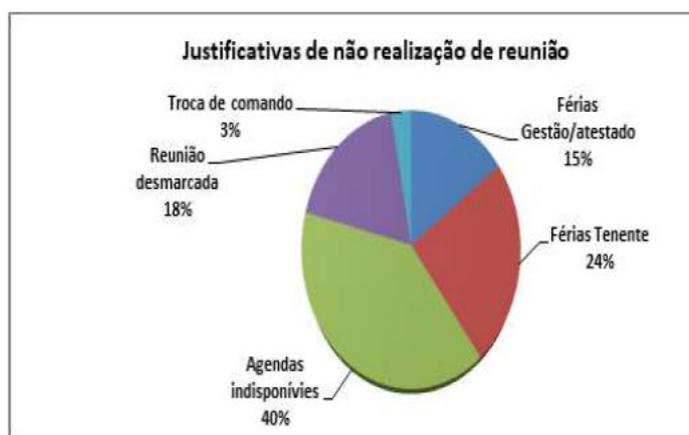
RIBEIRÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	2	1	1	1	0	0	0	1	6
RIBEIRÃO DAS NEVES-ROSANEVES	2	3	1	1	1	0	0	0	8
RIBEIRÃO DAS NEVES-VENEZA	2	4	1	0	0	0	0	1	8
SANTA LUZIA-PALMITAL	4	2	1	1	1	0	1	1	11
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	5	4	2	0	2	0	2	0	15
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	3	3	1	0	1	0	1	0	9
UBERLÂNDIA-MORUMBI	3	2	1	0	0	1	1	0	8
VESPASIANO-MORRO ALTO	1	5	1	0	0	1	1	0	9
TOTAL	90	114	25	10	22	9	14	10	294

Este indicador mensura a execução de ações importantes associadas ao eixo de intervenção estratégica do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo. Ele mede tanto as reuniões locais existentes entre equipe de cada UPC e o GEPAR correspondente da região quanto a participação da Gestão Social nas reuniões do Grupo de Intervenção Estratégica. A partir do estabelecimento de diretrizes entre as Unidades de Prevenção à Criminalidade e GEPAR as reuniões são estabelecidas com o objetivo de aprimorar a atuação conjunta, a convivência e articulação visando maior eficácia das ações desenvolvidas para a melhoria da qualidade de vida e segurança dos cidadãos das áreas atendidas. Nesses espaços devem ser abordados assuntos relacionados à dinâmica das violências e criminalidade para favorecer a construção, avaliação e o monitoramento de ações conjuntas na promoção da qualidade de vida e segurança local. No período avaliatório foram realizadas 61 reuniões com o GEPAR e 27 reuniões do Grupo de Intervenção Estratégica.

Destacamos aqui algumas especificidades:

Brumadinho: as reuniões não foram realizadas, pois não existe GEPAR no município. Ressalta-se que a atuação da segurança pública naquela realidade, principalmente da Política de Prevenção à Criminalidade, se dá em um contexto muito específico pós o rompimento da barragem de mineração.

Observa-se que em alguns momentos o número de reuniões mensais pode extrapolar a lógica ordinária, dada a necessidade apresentada de discussões estratégicas para intervir em contextos que demandam ações mais urgentes ou pela própria configuração do GEPAR em alguns territórios. Nesse exemplo temos os UPC's Via Colégio e Morro das Pedras/Ventosa que contam com a atuação de mais de um GEPAR, o que demanda mais de uma reunião ordinária por mês.



Ao analisarmos os fatores/desafios que justificaram a não realização das reuniões com o GEPAR no período avaliatório, nos deparamos com 40% das justificativas de indisponibilidade de agendas dos atores envolvidos nessa interlocução. Esse é um ponto de atenção muito sensível que merece maior cuidado dada a complexidade da pauta que deve ser compreendida no espaço para favorecer uma atuação conjunta entre a repressão qualificada e a proteção social. Carece de maior cuidado do Gestor Social e comandante do GEPAR a implementação das articulações necessárias para a realização desses encontros.

Outro ponto de atenção responde por 18 % das justificativas a não realização das reuniões mesmo depois de previamente agendadas com certa antecedência. Gestores Sociais apontam para os diversos retornos que são apresentados pelos comandantes do GEPAR de serem direcionados para o cobrimento de outras agendas ou ações de maior relevância na avaliação da própria Polícia Militar. Situações outras, 39%, respondem pelo restante das justificativas pelo período de férias ou atestado médico das referências pela condução das reuniões e 3% por troca no comando do GEPAR.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais**Indicador nº 3.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA****Meta do período avaliatório****Resultado do período avaliatório****31.125****57.225****Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Descrição: Além de materializar as alternativas penais e garantir suporte ao Sistema de Justiça Criminal no monitoramento/fiscalização do cumprimento dessas medidas, o CEAPA também visa proporcionar ações de caráter educativo e reflexivo, bem como desenvolver ações específicas para a responsabilização, orientação e encaminhamentos para rede de proteção social, ações que são realizadas por meio de atendimentos individuais ou grupais.

Para fins deste indicador serão contabilizados:

- 1) Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novos cumpridores de Alternativas Penais;
- 2) Atendimentos individuais de acompanhamento de cumpridores;
- 3) Participação de cumpridores em cada (a) Grupo de Inicialização, (b) de Acompanhamento e (c) de Finalização ao longo da medida de Prestação de

Serviços à Comunidade e assinaram lista de presença;

- 4) Participação de cumpridores em cada encontro dos Projetos de Execução de Alternativas Penais e assinaram lista de presença.

- 5) Participação de pessoas em encontros de práticas restaurativas e assinaram a lista de presença.

No 3º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/09/2019 a 30/11/2019) foram realizados acumuladamente 57.225 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 31.125, a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	1º PA	2º PA	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	TOTAL
ARAGUARI	355	478	242	223	157	1455
BELO HORIZONTE	6828	8714	1990	1896	1629	21.057
BETIM	566	658	223	218	439	2104
CONTAGEM	940	889	522	468	360	3179
DIVINOPOLIS	444	642	226	246	198	1756
GOVERNADOR VALADARES	873	705	278	259	187	2302
IBIRITE	672	811	247	278	256	2264
IPATINGA	958	964	312	378	323	2935
JUIZ DE FORA	1606	1471	658	715	653	5103
MONTES CLAROS	912	761	213	241	251	2378
R. DAS NEVES	460	643	332	393	411	2239
SANTA LUZIA	1036	985	182	230	211	2644
SETE LAGOAS	410	705	256	282	217	1870
UBERABA	351	650	219	258	253	1731
UBERLÂNDIA	1016	998	397	441	343	3195
VESPASIANO	259	309	139	161	145	1013
TOTAL	17.686	20.383	6.436	6.687	6.033	57.225

O indicador se refere ao número acumulado de atendimentos do programa e consiste na soma dos atendimentos de inscrição, atendimentos de acompanhamento, atendimentos grupais de PSC, atendimentos grupais de PEAP e atendimentos no âmbito da Justiça Restaurativa, e pode oscilar de acordo com cada um desses tipos.

É importante destacar que aproximadamente 54% dos atendimentos estão associados à modalidade que, a cada vez, vem ganhando robustez: os atendimentos individuais de acompanhamento. Esse tipo de atendimento reflete a qualificação técnica da equipe no acompanhamento que extrapola o monitoramento da alternativa penal. Assim, a ampliação da leitura dos casos a partir das vulnerabilidades e riscos e outras demandas da pessoa em alternativa penal faz com que as equipes invistam cada vez mais nessa frente de trabalho.

Outra modalidade importante se refere aos atendimentos de inscrição, que nesse trimestre correspondem a 17,6% do total de atendimentos realizados. Esse se refere aos atendimentos de novas alternativas penais encaminhadas ao CEAPA pelo Poder Judiciário - a maioria das alternativas penais continua sendo oriunda do Juizado Especial Criminal (53%), na modalidade de Prestação de Serviços à Comunidade.

Além disso, outra análise que não pode ser esquecida é relativa ao acompanhamento de Acordos de Não Persecução Penal. Tal modalidade revela aumento, quando comparado ao período avaliatório anterior, tendo o ápice no mês de setembro, no qual foram inscritas 23 novas alternativas penais neste instituto jurídico.

Há também os atendimentos grupais de PEAP's, que representam 19% do total desse indicador e, em relação ao período avaliatório anterior, percebe-se um aumento de 29,% de atendimentos nessa modalidade. Nestes, as equipes executam grupos reflexivos de diversas temáticas, como uso de drogas, artigos relacionados ao trânsito, meio ambiente, jogos de azar, ações de responsabilização com os homens no âmbito da Lei Maria da Penha, pessoas em situação de conflito, dentre outros. Nesse trimestre destaca-se a execução de grupos na temática de Drogas (32%), Ações de responsabilização no âmbito da Lei Maria da Penha (27%) e Trânsito (27%). O número de grupos executados está relacionado à demanda do município para determinado tema. Assim, as oscilações são identificadas no período onde as equipes iniciam e executam essas ações, tendo em vista o tempo necessário para formação do quórum de participantes de cada grupo.

Em relação aos atendimentos grupais em Práticas Restaurativas, assim como no período avaliatório anterior, percebe-se aumento de 41% dessa prática no Programa. Atribui-se tal desenvolvimento ao fomento e capacitações promovidas pela Supervisão Metodológica, bem como à apropriação pela equipe técnica, que utiliza cada vez mais as práticas em diversas frentes de trabalho do Programa.

Em face disso, identificamos que alguns municípios contribuíram de maneira significativa para a ampliação do número de atendimentos:

Araguari: A equipe deu continuidade a execução dos grupos reflexivos de Drogas e Ação de Responsabilização com Homens no Âmbito da Lei 11.343/06, abertos em agosto, nesse período avaliatório. Tal fato elevou o referido quantitativo, já que a maior parte dos atendimentos grupais ocorreu no período avaliatório em análise.

Betim: Observa-se aumento expressivo no número de atendimentos grupais na PSC, pois a equipe ampliou a execução de Grupos de Acompanhamento nesse período. Além disso, não se pode deixar de destacar o início da execução de Práticas Restaurativas nos Grupos Reflexivos, em especial em Ação de Responsabilização com Homens no Âmbito da Lei 11.343/06.

Contagem: Destaca-se aumento vultoso dos atendimentos grupais em práticas restaurativas, o que contribuiu para o crescimento desse indicador se comparado ao período avaliatório anterior. Tais práticas vêm sendo incorporadas à metodologia de execução de grupos, e a avaliação – tanto do público, quanto da equipe técnica – é de que houve um ganho na qualidade dessa ação. Além disso, não se pode deixar de lado, a abertura e execução de grupos reflexivos de Pessoas em Situação de Conflitos e Ação de Responsabilização com Homens no Âmbito da Lei 11.343/06.

Juiz de Fora: A equipe deu continuidade a execução dos grupos reflexivos de Drogas e Multitemático (Outros Tipos de Grupo), o que elevou o referido quantitativo no período avaliatório em análise. Há ainda que se destacar o total de atendimentos de acompanhamento, já que houve um ajuste na contabilização desse indicador - que estava sendo subnotificado.

Ribeirão das Neves: A equipe iniciou a execução do grupo reflexivo de Trânsito bem como investiu em Ação de Responsabilização com Homens no Âmbito da Lei 11.343/06 – o dobro do período avaliatório anterior - o que gerou o aumento dos números.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais**Indicador nº 3.2. Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
76%	74,56%

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: Este indicador objetiva mensurar o cumprimento das alternativas penais acompanhadas pela CEAPA. Entendem-se como alternativas penais cumpridas aquelas que tenham se concluído conforme determinação judicial, baixadas pelo cumprimento integral ou pela ocorrência de indulto concedido pelo Poder Judiciário. Não serão consideradas para fins de cálculo desse indicador as ocorrências de fatores externos ao Programa CEAPA, tais como: baixa processual devido a conversão por outra pena/medida não acompanhada pela CEAPA; baixa por conversão da pena/medida alternativa em prisão por motivo diverso do descumprimento; baixa por transferência de comarca; baixa por falecimento; baixa por prescrição; baixa realizada pelo Poder Judiciário por motivos diversos.

No 3º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/09/2019 a 30/11/2019) o percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial foi de 74,56%, correspondendo à 98,10% da meta estabelecida. Abaixo seguem informações relativas ao percentual de cumprimento por município.

	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS POR CUMPRIMENTO INTEGRAL	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS	% DE CUMPRIMENTO
ARAGUARI	92	111	82,88%
BELO HORIZONTE	799	1022	78,18%
BETIM	56	58	96,55%
CONTAGEM	204	286	71,33%
DIVINOPOLIS	29	37	78,38%
GOVERNADOR VALADARES	90	119	75,63%
IBIRITE	70	98	71,43%
IPATINGA	139	224	62,05%
JUIZ DE FORA	102	155	65,81%
MONTES CLAROS	86	127	67,72%
R. DAS NEVES	62	85	72,94%
SANTA LUZIA	125	196	63,78%
SETE LAGOAS	26	27	96,30%
UBERABA	25	35	71,43%
UBERLÂNDIA	141	175	80,57%
VESPASIANO	50	56	89,29%
TOTAL	2.096	2.811	74,56%

É importante destacar que o indicador mensura o cumprimento das alternativas penais que tenham se concluído conforme determinação judicial, baixadas pelo cumprimento integral ou pela ocorrência de indulto concedido pelo Poder Judiciário. Assim, conforme definido no Contrato de Gestão, não é considerada na contabilização desse indicador as ocorrências de fatores externos ao Programa, tais como: baixa processual devido a conversão por outra pena/medida não acompanhada pela CEAPA; baixa por conversão da pena/medida alternativa em prisão por motivo diverso do descumprimento; baixa por transferência de comarca; baixa por falecimento; baixa por prescrição; baixa realizada pelo Poder Judiciário por motivos diversos.

A oscilação desse percentual se dá de acordo com as finalizações do acompanhamento dos casos realizadas em cada período. Tais finalizações acontecem no monitoramento periódico dos casos e, em específico, no encerramento de PEAP's, pois há impacto no dado do período por serem encerradas todas as alternativas penais daquele grupo conjuntamente. Neste contexto, alguns municípios se destacam dentre aqueles que não atingiram o percentual do cumprimento:

Ipatinga e Juiz de Fora: nestes municípios as equipes se empenharam para atualizar a situação de cumprimento dos casos em acompanhamento, principalmente aqueles que cumprem alternativa penal na modalidade de Prestação de Serviços à Comunidade. Como tal medida não foi realizada de forma constante e regular em todos os meses, acaba por impactar negativamente no indicador de cumprimento deste período.

Montes Claros: assim como nos municípios supracitados, o percentual de cumprimento está diretamente relacionado a atualização dos casos que cumprem Alternativa Penal na modalidade de Prestação de Serviços à Comunidade. Para além de tal fato, soma-se a conclusão de Grupos relacionados à Medida Protetiva de Urgência que não tiveram a totalidade de cumprimento integral, já que a participação no grupo era voluntária até então neste município.

Santa Luzia: o não alcance do percentual estabelecido foi ocasionado pela finalização de Projeto de Execução de Alternativa Penal sobre Drogas e Ação de Responsabilização com Homens no âmbito da lei 11.343/06 que, não tiveram a integralidade de cumprimento integral.

Por outro lado, há municípios que contribuíram com percentual que revelam o alcance ou superação da meta estabelecida:

Araguari, Betim, Sete Lagoas e Vespasiano:

Em relação à alternativa penal de PSC, nos quatro municípios percebe-se que, no referido período avaliatório houve maior representatividade de baixas relacionadas ao cumprimento integral e indulto em relação ao total de baixas por descumprimento, o que gerou aumento no percentual nesse período em relação ao anterior.

Por outro lado, em **Sete Lagoas**, há que destacar o impacto da Alternativa Penal de Medida Protetiva de Urgência que teve em sua totalidade apenas cumprimento integral.

Além disso, em **Vespasiano**, nos Projetos de Execução de Alternativa Penal de Drogas e Ação de Responsabilização, não foram informados descumprimentos – o que elevou o indicador em análise.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais**Indicador nº 3.3. Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio****Meta do período avaliatório****Resultado do período avaliatório****1.500****2.141****Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Descrição: O Programa CEAPA desenvolve as alternativas penais com o suporte de equipamentos públicos e entidades do terceiro setor em cada município, numa perspectiva horizontal, e propõe um acompanhamento integrado das pessoas em alternativas penais.

Este indicador objetiva mensurar as ações do CEAPA de orientação e acompanhamento dos profissionais que compõe essa rede.

Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados:

- 1) Visitas de monitoramento às entidades da rede parceira para recebimento de Prestação de Serviços à Comunidade ou Projetos de Execução de Alternativas Penais;
- 2) Visitas de entidades da rede parceira à Unidade de Prevenção Social à Criminalidade;
- 3) Visitas a órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretarias Municipais e outras entidades correlatas para discussão sobre fluxos de alternativas penais.
- 4) Visitas em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes nos municípios que discutam temas transversais às alternativas penais.
- 5) Visitas de captação de novos parceiros;
- 6) Encontros para discussão de casos com a rede de proteção social;
- 7) Número de entidades que participaram dos encontros de rede desenvolvidos pela equipe do Programa, limitadas ao máximo de 30 entidades.

No 3º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/09/2019 a 30/11/2019) foram realizadas acumuladamente 2.141 ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 1.500 a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	1º PA	2º PA	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	TOTAL
ARAGUARI	96	66	6	11	18	197
BELO HORIZONTE	178	197	25	13	11	424
BETIM	24	13	10	5	7	59
CONTAGEM	28	60	15	16	6	125
DIVINOPOLIS	26	49	11	11	16	113
GOVERNADOR VALADARES	79	34	22	10	3	148
IBIRITE	25	35	12	5	2	79
IPATINGA	52	32	22	11	18	135
JUIZ DE FORA	38	39	20	11	1	109
MONTES CLAROS	37	31	37	14	20	139
R. DAS NEVES	72	45	12	10	9	148
SANTA LUZIA	28	13	6	9	4	60
SETE LAGOAS	28	15	5	8	5	61
UBERABA	39	63	11	17	5	135
UBERLÂNDIA	61	42	10	23	8	144
VESPASIANO	35	20	5	2	3	65
TOTAL	846	754	229	176	136	2.141

Este indicador é a soma das articulações desenvolvidas que compreendem as parcerias com o Sistema de Justiça, rede de proteção social, rede de alternativas penais, Poder Executivo local, dentre outras. Tais ações ocorrem por meio de visitas às entidades, realização de encontros de rede, discussão de casos e participação em espaços de discussão instituídos. As oscilações dele ocorrem devido à organização do trabalho da equipe para a pauta da rede, a atenção demandada por cada parceiro, bem como as necessidades apontadas pelos casos.

Cabe destacar que as oscilações que contribuíram para o aumento desse indicador estão relacionadas a articulações de rede realizados em alguns municípios, são eles:

Betim: O aumento deste quantitativo reflete maior investimento da equipe em vistas de monitoramento aos parceiros que recebem Pessoas em Alternativa Penal na modalidade de Prestação de Serviços à Comunidade, bem como a presença destes atores no espaço do Centro de Prevenção à Criminalidade.

Ipatinga: Destaca-se maior investimento da equipe em visitas de monitoramento e captação de parceiros que recebem Pessoas em Alternativa Penal na modalidade de Prestação de Serviços à Comunidade. Além disso, a partir das demandas de vulnerabilidade social do público, foram realizadas novas articulações para discussão de casos com a rede de proteção social do município.

Montes Claros: No mês de setembro a equipe realizou um encontro de rede, com a presença de 25 instituições, o que contribuiu para um aumento desse quantitativo em relação ao período avaliatório anterior. Além disso, houve maior investimento e participação em espaços de rede já instituídos pelos parceiros, que se mostraram estratégicos para a qualificação do acompanhamento do público.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional**Indicador nº 4.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
11.700	16.458

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O Programa PRESP busca garantir o atendimento qualificado às pessoas egressas do Sistema Prisional, enquanto direito assegurado na Lei de Execução Penal e disposto em legislações específicas, tornando extensivo o atendimento aos familiares a fim de favorecer o fortalecimento de vínculos de apoio e suporte social.

Os atendimentos são realizados pela equipe técnica do Programa e visam: intervir em fatores de vulnerabilidades pessoais e sociais que possam favorecer o comportamento de risco e a vitimização; contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e de apoio comunitário; possibilitar e fomentar encaminhamentos para efetivação de direitos e garantias sociais bem como acesso às oportunidades existentes na rede de cada município; promover ações de enfrentamento à estigmatização que recaem sobre pessoas egressas do sistema prisional.

Para fins deste indicador serão contabilizados:

- 1) Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novos egressos;
- 2) Atendimentos individuais de egressos em acompanhamento;
- 3) Atendimentos individuais com familiares de egressos;
- 4) Atendimentos individuais de pré-egresso e/ou familiar;
- 5) Participação de Egressos de cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença;
- 6) Participação de pré-egressos em atendimentos grupais nas unidades prisionais e assinaram a lista de presença.
- 7) Participação de familiares de egressos em cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença.
- 8) Participação de familiares de pré-egressos em cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença.

No 3º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/09/2019 a 30/11/2019) foram realizados cumulativamente 16.458 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 11.700 a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	1ª PA	2ª PA	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	TOTAL
ARAGUARI	-	-	21	93	42	156
BELO HORIZONTE	993	974	340	303	263	2.873
BETIM	521	474	158	161	147	1.461
CONTAGEM	306	355	153	133	144	1.091
GOVERNADOR VALADARES	327	345	113	115	66	966
IPATINGA	286	285	90	125	109	895
JUIZ DE FORA	385	554	212	177	214	1.542
MONTES CLAROS	269	462	166	145	188	1.230
RIBEIRÃO DAS NEVES	517	757	101	148	213	1.736
SANTA LUZIA	394	326	107	126	94	1.047
UBERABA	487	478	263	278	180	1.686
UBERLÂNDIA	741	474	161	203	196	1.775
TOTAL	5.226	5.484	1.885	2.007	1.856	16.458

Neste período avaliatório o PRESP, desde o início do Contrato de Gestão teve sua maior realização em um trimestre específico. O número acumulado de atendimentos realizados pelo programa continua apresentando um aumento gradual, permanecendo todos os meses com números acima da meta estipulada. Acumuladamente, neste período, a meta foi superada em aproximadamente 40%.

Para analisar tal contexto, deve se levar em consideração a ampliação na contabilização desse indicador, que passa a considerar os participantes dos grupos com pré-egressos e seus familiares, além das atividades de apresentação do Programa. Desse modo, a operacionalização da diretriz metodológica de ampliação do escopo de trabalho no âmbito dos atendimentos, principalmente em relação às práticas coletivas com pré-egressos e egressos, ações de divulgação do Programa e atuação junto à familiares se apresentam como elementos importantes na análise desse dado. Além disso, de modo geral, avaliando as oscilações, o mês de outubro se destacou com um aumento expressivo, sendo este o maior patamar alcançado representados por 2007 atendimentos. A implantação do PrEsp – Araguari em julho do corrente ano começa a alcançar resultados em setembro, tendo em outubro registrado o maior número de atendimentos, contribuindo significativamente para esta elevação.

Do total de 5.748 atendimentos realizados, 50% são referentes à atendimentos individuais, sendo que as unidades de Ipatinga (77%), Belo Horizonte (73%) e Uberlândia (68%) apresentam os maiores índices nesta modalidade. Observa-se que das três unidades citadas, Uberlândia e Ipatinga são as unidades que possuem maior circulação de egressos no Centro de Alternativas

Penais e Inclusão de Egressos do Sistema Prisional - CAPIE decorrentes das assinaturas, 3.125 e 2.353 respectivamente no trimestre, ampliando as possibilidades de acesso ao público e a realização de atendimentos individuais. Apesar do PRESP-Belo Horizonte estar apresentando queda expressiva no número de assinatura, esta unidade conta com um número ampliado de analistas (07), o que favorece o número elevado de atendimentos. Cumpre contextualizar que as assinaturas em Belo Horizonte são realizadas através de reconhecimento facial, que podem ser efetivadas tanto no Fórum Lafayette quanto no CAPIE, sendo que neste último frequentemente os aparelhos apresentam problemas técnicos, fazendo com que as pessoas fiquem resistentes em retornar à unidade. Desse modo, percebe-se que Belo Horizonte apresentou o menor número de assinaturas em toda sua trajetória, o que tem provocado a equipe a repensar e criar estratégias para ampliar as portas de entrada do Programa. Tal contexto de menor circulação do público parece estar impactando na realização das práticas de atendimentos, tendo em vista que esta unidade tem apresentado uma queda gradual nos números referentes a este indicador. A título ilustrativo, o mês de novembro evidenciou o menor quantitativo de atendimentos acumulados, que também tem relação com os seguintes fatores: férias de analista, saída de uma analista e saída de uma estagiária.

Já nos municípios de Ipatinga e Uberlândia, é possível destacar o alto índice de circulação de egressos nessas unidades a partir da coleta de assinaturas das condicionalidades, 2.353 e 3.125, respectivamente. Este alto número de pessoas circulando nestes CAPIE's, proporciona uma maior possibilidade de intervenções individuais. Em contrapartida, devido a priorização dessa prática de atendimento, as unidades supramencionadas não se destacam no que se refere às práticas coletivas. Desse modo, a supervisão tem refletido junto a estas equipes sobre o alcance e impacto de cada forma de intervenção proposta pelo Programa, levando em consideração as demandas do público e especificidade de cada município.

Ao analisar os dados, percebe-se que historicamente a principal frente de trabalho do PRESP foi e ainda é de atendimento individual, todavia este modelo vem demonstrando uma queda, a partir das novas configurações de trabalho. Nota-se que, após diversas reflexões e alinhamentos metodológicos, as atividades coletivas alcançaram grande proporção na atuação do PrEsp, dentre as quais se destacam as atividades de apresentação do Programa e grupos com pré-egressos, importantes estratégias para divulgação e vinculação do público ao Programa. Tal leitura se confirma quando **19%** de todos os atendimentos acumulados se referem às atividades de apresentação do Programa, que podem ser realizadas de forma coletiva ou individual na UPC, nos Fóruns ou junto à rede. As unidades de Uberaba (44%), Betim (39%), Contagem (28%) e Juiz de Fora (21%) contribuem significativamente na elevação deste dado, sendo que os números entre parênteses representam a porcentagem desta modalidade de atendimento dentre todos os atendimentos realizados no trimestre avaliado na respectiva unidade.

É possível verificar que as unidades que não mais possuem a coleta das assinaturas no CAPIE, Uberaba e Juiz de Fora, utilizam como a principal forma de divulgação do Programa as atividades de apresentação no Fórum, onde hoje são efetivadas as condicionalidades da Execução Penal, além das apresentações nos serviços da rede de proteção social. Tal leitura se confirma quando se verifica que essas unidades realizam de forma constante um expressivo número de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do sistema prisional.

Ao analisar os números do PRESP de Betim e Contagem, percebe-se que a grande quantidade de atividades de apresentação do programa é reflexo do fluxo construído junto à Varas de Execuções Penais nestes municípios. Em Betim, as audiências de admonitórias ocorrem em dias e horários estipulados, contribuindo para a chegada do público de forma conjunta e favorecendo a organização da equipe para realização desses grupos. Em Contagem, consta na ata de audiência o encaminhamento para o programa com prazo determinado, impactando na expressividade desse dado e na dinâmica de trabalho desta equipe. Cumpre ressaltar que houve uma reorganização e otimização na forma de execução desta modalidade de atendimento nesta unidade, uma vez que antes era realizada de forma individualizada, ocupando grande parte do tempo de trabalho da equipe, e agora passa a ser realizada de forma coletiva. Vale mencionar que o programa em Contagem se destaca pelo alto índice de inscrições. Portanto a realização dos Grupos de Apresentação tem-se se apresentado como um ponto principal de intervenção da supervisão, uma vez que é uma atividade considerada nova no Programa e que ainda está em construção e avaliação no que se refere aos seus impactos e alcances.

Já os grupos com pré-egresso realizados nas unidades prisionais representam 11% do número acumulado de atendimentos, destacando-se com números significativos as unidades de Araguari, Ribeirão das Neves, Uberaba e Santa Luzia. Em Araguari, no processo de implantação, foi estabelecida a parceria com o Presídio e utilizado como principal estratégia de trabalho o grupo com pré-egressos, que representou 64% de todos os atendimentos realizados. Foram executados 6 grupos dentro da unidade prisional com o total de 100 participantes, onde foi possível apresentar o Programa e discutir temáticas como projeto de vida, saúde mental e uso de álcool e outras drogas. Ribeirão das Neves também se destaca pela realização desta modalidade, representada por 29% de todos atendimentos, tendo em vista o alto número de unidades prisionais no município, ampliando as possibilidades de atuação junto a estes parceiros. Neste período avaliatório, ocorreram 5 grupos com a participação de 135 pré-egressos destacando-se a parceria com a SEDESE para execução do Projeto Qualifica-se na PPP 3, onde foi trabalhada a temática "Competências Profissionais e Sociais para o Trabalhador". Esta ação, também contou com a participação da rede de proteção social local (CRAS, CREAS e ONG's) que atuarão no município enquanto multiplicadores da temática. Outro aspecto importante neste Projeto, foi a possibilidade de integração entre os Programas da Política de Prevenção, CEAPA e Fica Vivo! foram parceiros fundamentais para as discussões com os pré-egressos e a rede.

Cumpre contextualizar ainda o fortalecimento da parceria com a unidade prisional de Uberaba que tem possibilitado o aumento da realização de grupos com pré-egressos nos últimos meses, que passou a representar 28% de todos os atendimentos realizados neste período. A título ilustrativo, destaca-se a realização, pela primeira vez, de uma roda de conversa com a ala LGBT sobre projeto de vida e outro grupo com o público masculino para discutir trabalho, cidadania e liberdade. Apesar desse aumento, vale mencionar que foi possível perceber uma oscilação dos números de atendimentos desta unidade com uma queda no mês de novembro. Verifica-se uma diminuição principalmente no número de participantes no grupo de pré-egresso, já que foi realizado com o público feminino, que se apresenta reduzido na unidade prisional; e na quantidade de atividades de

apresentação do Programa, uma vez que houve necessidade de desmarcar um dia devido a outra agenda. Em Santa Luzia, além dos grupos já realizados no Presídio do Palmital bimestralmente, neste período avaliatório percebe-se um fortalecimento da parceria junto à APAC, que favoreceu a retomada dos grupos reflexivos de maneira continuada. Desse modo, 16% dos atendimentos realizados por esta unidade foram junto aos pré-egressos.

No que se refere às ações com familiares, estas vem apresentando um crescimento no último trimestre. Apesar de representar apenas 4% dos atendimentos acumulados, elas têm sido pauta frequente de discussão no Programa, de modo a provocar uma ampliação e qualificação dessa frente de trabalho. A família se apresenta como público-alvo do PrEsp, todavia a atuação com esse público ainda é tímida e sempre foi majoritariamente individual. Portanto, enquanto um orientador metodológico, as equipes têm qualificado a leitura e análise sobre esse público, para a construção de intervenções que incidam no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a partir de suas especificidades. As unidades de Ipatinga, Juiz de Fora, Governador Valadares e Montes Claros chamaram atenção no que se refere às ações com as famílias, seja de forma individual ou coletiva. De modo inovador, Montes Claros realizou 05 grupos com familiares, com a participação de 76 pessoas, em parceria com os CRAS e no próprio CAPIE, além da realização de 51 atendimentos individuais. Em Juiz de Fora, realizou-se 04 grupos com familiares, que contou com a participação de 33 pessoas, em parceria com o Programa de Segurança Alimentar dos CRAS, além de 36 atendimentos individuais realizados. Ipatinga realizou em outubro um encontro que contou com a participação de 12 familiares, além da realização de 23 atendimentos individuais e Governador Valadares se destaca pelos números atendimentos individuais a familiares, qual seja, 22.

Vale a pena destacar também que foi possível verificar oscilações deste indicador em Governador Valadares, apontando uma queda no mês de novembro, que se justifica pelo contexto peculiar vivenciado. A equipe esteve por um período somente com as duas estagiárias, sendo que uma é recém-chegada ao Programa e com a gestão social, tendo em vista que uma analista social encontra-se de atestado médico por motivo de complicações na gestação; e o outro analista e o técnico administrativo tiraram férias. Tal cenário impactou no referido indicador, uma vez que foi necessário priorizar a coleta de assinaturas e atendimentos de urgência.

Por fim, apesar dos grupos realizados com egressos não demonstrarem expressividade neste indicador, faz-se importante destacar algumas práticas executadas pelas equipes, que se apresentam como ferramenta importante de intervenção. Os tipos de grupos que mais se destacam são os de dilação do período de assinaturas de condicionalidades, que ocorrem em Uberlândia e Uberaba. Uberlândia apresenta uma parceria com a Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, onde através de um "Cine Debate", utilizando a minissérie "Os olhos que condenam", equipe e alunos do referido curso vem discutindo sobre o sistema de justiça, o racismo estrutural, violências e marcas do aprisionamento. Já em Uberaba, a equipe partiu para discussões que se iniciam e terminam em cada encontro, chamou a atenção neste trimestre as temáticas "Educação Financeira", "Relacionamento Pessoal pós-cárcere e envolvimento criminal.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional

Indicador nº 4.2. Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
75%	80,41%

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp – tem por objetivo favorecer o acesso a direitos e promover condições para inclusão social de egressos do Sistema Prisional, minimizando as vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento. Para tanto, os analistas responsáveis precisam construir uma vinculação do egresso do Sistema Prisional ao PRESP, justamente porque as intervenções do referido Programa dependem de um conjunto de atendimentos continuados. Dessa forma, este indicador visa avaliar a vinculação do público ao PrEsp. Para fins desse indicador, considera-se vinculado o egresso que retorna ao PrEsp após a sua inscrição. Para cálculo desse indicador não serão considerados os atendimentos de familiares ou de pré-egressos.

No 3º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/11/2019 a 30/11/2019) o percentual de adesão dos egressos atendidos pelo PRESP foi 80,41%. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 75% a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE RETORNO	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE EGRESSOS	% DE VINCULAÇÃO
ARAGUARI	8	21	38,10%
BELO HORIZONTE	539	666	80,93%
BETIM	186	227	81,94%
CONTAGEM	158	249	63,45%
GOVERNADOR VALADARES	174	199	87,44%
IPATINGA	188	251	74,90%
JUIZ DE FORA	321	359	89,42%
MONTES CLAROS	271	320	84,69%
RIBEIRÃO DAS NEVES	123	169	72,78%
SANTA LUZIA	199	249	79,92%
UBERABA	143	173	82,66%
UBERLÂNDIA	390	475	82,11%
TOTAL	2.700	3.358	80,41%

O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp – tem por objetivo favorecer o acesso a direitos e promover condições para inclusão social de egressos do Sistema Prisional, minimizando as vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento. Para tanto, os analistas responsáveis precisam construir uma vinculação do egresso do Sistema Prisional ao PrEsp, justamente porque as intervenções do referido Programa dependem de um conjunto de atendimentos continuados. Dessa forma, este indicador visa avaliar a vinculação do público ao PrEsp.

Importante contextualizar que, a partir da prática adquirida ao longo dos anos pelo Programa, percebeu-se a necessidade de aprimoramento da metodologia de acompanhamento da pessoa egressa do sistema prisional e seus familiares. Nessa perspectiva, a mudança de lógica para inscrição voluntária no PrEsp ratificou e qualificou ainda mais a importância da construção de vínculo, considerando as demandas, necessidades, projetos e desejos de cada pessoa acompanhada. Portanto, o indicador referente ao Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP busca traduzir e avaliar a vinculação do público ao Programa, que tem se apresentado de maneira global, acima da meta prevista, a saber, 75%, tendo inclusive, neste período avaliatório atingido seu maior patamar, 80,41%. Cumpre destacar que as intervenções dependem de um conjunto de atendimentos continuados, que se desenham a partir de um espaço de confiança e respeito, além de escuta, acolhimento e encaminhamentos diferenciados realizados pelas equipes. Portanto, garantir o atendimento qualificado ao referido público enquanto um direito assegurado pela Lei de Execuções Penais e dispostos em legislações específicas, se apresenta como um orientador para o programa. Para tanto, é atuando junto ao egresso e em consonância com suas demandas, sem operar pelo viés da obrigatoriedade e fiscalização, que ampliaremos a efetividade das intervenções em fatores de vulnerabilidades pessoais e sociais que possam favorecer o comportamento de risco e a reincidência criminal.

Ressalta-se que o PRESP-Araguari apresentou o menor índice de adesão, 38%, tendo em vista que se trata de uma implantação recente, iniciando a contabilização das suas atividades em setembro de 2019. Buscando a consolidação do Programa no município e a vinculação do público, a equipe tem investido nas ações de divulgação e oferta do Programa, principalmente a partir da realização de grupos com os pré-egressos (64% do volume total de atendimentos no trimestre), ações junto à rede e atividades de apresentação às pessoas que assinam no Fórum. O aumento expressivo do percentual de adesão, que passou de 9%

em outubro para 70% em novembro, demonstra os efeitos das ações e articulações realizadas pela equipe, que também reverberou no número de inscrições, qual seja, 0 em setembro e 13 somando outubro e novembro.

O PRESP-Contagem também chamou atenção frente as demais unidades, tendo em vista que estava apresentando percentual de adesão abaixo da meta, a saber 64% no trimestre, ainda que tenha evidenciado um aumento no decorrer dos meses. O mês de setembro chama atenção, devido ao menor índice, 45%. Após realização de um diagnóstico, foi possível perceber que era necessário uma reorganização e otimização das frentes de trabalho da equipe, uma vez que estavam despendendo grande parte do tempo realizando apresentações do Programa que aconteciam de forma individual até o mês de setembro. Além disso, no referido mês houve o maior número de inscrições (57) e articulações de rede (10), o que impactou na organização do tempo para realização de atendimentos de retornos, já que a equipe investiu seu tempo nas demais ações. Nessa perspectiva, foi realizada uma mudança na forma de execução das atividades de apresentação do Programa, que passaram a ser de forma coletiva, contribuindo para o aumento do referido indicador, representados por 81% e 73% em outubro e novembro respectivamente, já que a equipe focou suas ações no acompanhamento dos casos.

O PRESP de Ribeirão das Neves, neste trimestre não atingiu a meta estipulada de 75%. Destaca-se, em setembro, três fenômenos que corroboraram para esta diminuição em todos os três indicadores, são eles: desligamento de uma analista, revezamento do período de férias das outras duas analistas e chegada de duas novas estagiárias. Este cenário exigiu da equipe e gestão um esforço hercúleo, para que os atendimentos emergências fossem realizados.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional**Indicador nº 4.3. Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
630	1.135

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O PRESP desenvolve diversas atividades de mobilização da rede de apoio em cada município e entidades privadas com ou sem fins lucrativos, no sentido de sensibilizar sobre a pauta da inclusão social de egressos do sistema prisional, assim como para criar fluxos de encaminhamentos para o atendimento de egressos nos diversos serviços e projetos sociais existentes.

Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados:

- 1) Encontros com entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para construção de fluxos de encaminhamento de egressos;
- 2) Reuniões com entidades da rede de proteção social para discussão de casos;
- 3) Número de participação das equipes do PRESP em conselhos, encontros ou outras atividades já desenvolvidas pela rede em cada município;
- 4) Número de entidades que participaram dos encontros de rede desenvolvidos pela equipe do Programa;
- 5) Encontros com entidades públicas e privadas para fomentar ações de profissionalização e empregabilidade de egressos.
- 6) Visitas às unidades prisionais.

No 3º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/11/2019 a 30/11/2019) foram realizadas 1.135 atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do sistema prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 630 a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atividades em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

UPC	1ªPA	2ª PA	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	TOTAL
ARAGUARI	-	-	15	9	10	34
BELO HORIZONTE	52	57	20	16	8	153
BETIM	53	31	12	11	10	117
CONTAGEM	15	26	10	3	4	58
GOVERNADOR VALADARES	21	20	6	14	5	66
IPATINGA	20	14	7	7	6	54
JUIZ DE FORA	55	46	30	13	11	155
MONTES CLAROS	19	26	13	37	10	105
RIBEIRÃO DAS NEVES	23	22	4	7	7	63
SANTA LUZIA	12	10	4	2	6	34
UBERABA	60	69	13	8	20	170
UBERLÂNDIA	73	26	9	8	10	126
TOTAL	403	347	143	135	107	1.135

Entende-se como acompanhamento no PRESP as práticas de atendimentos, individuais ou coletivas; e articulação de rede. Nas articulações de rede, a partir da identificação de fatores de vulnerabilidades pessoais e sociais que possam comprometer a permanência do egresso em liberdade ou colocar sua vida em risco, as equipes buscam intervir na minimização destas vulnerabilidades, ou de outras que se apresentarem, favorecendo o acesso a outros serviços, programas e políticas públicas de proteção e promoção social. Desse modo, o indicador referente às atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do sistema prisional é de extrema importância para que o Programa consiga atingir seus objetivos, que continua se apresentando de modo geral mais de 80% a cima da meta estipulada. Nota-se que os meses de setembro e outubro apontaram os maiores percentuais, representando 96% e 85% respectivamente, para além do previsto.

O PRESP-Montes Claros demonstrou os números mais expressivos desse período avaliatório. Em novembro a equipe, aproveitando-se da parceria com Secretaria de Assistência Social, construiu junto com o Programa Mesa Brasil, um seminário para discutir a “Segurança Alimentar” no município. A equipe do PrEsp conseguiu mobilizar 38 instituições parceiras. Nesse contexto, as unidades que não possuem mais as assinaturas das condicionalidades no PrEsp se destacaram de maneira considerável na quantidade de atividades de mobilização de rede, são elas: Juiz de Fora, Uberaba e Araguari. Diante da diminuição de circulação do público no CAPIE, é necessário que a equipe construa estratégias para ampliação das portas de entrada do Programa, sendo que a rede se apresenta como um ator fundamental, tanto para favorecer o acesso do público ao Programa, quanto na promoção de acesso a direitos sociais.

No referido período avaliatório, o PrEsp-Juiz de Fora realizou 54 ações contabilizadas nesse indicador, ou seja, a meta se apresentou 157% superestimada. Nesse contexto, o mês de setembro corroborou para um aumento expressivo devido ao encontro de rede nomeado “II Fórum Construindo a Liberdade”, que teve papel fundamental no aumento de desempenho e

oscilação dos números dessa equipe. O encontro contou com a participação de 17 instituições, além de egressos e familiares, no qual foi possível discutir e construir encaminhamentos a partir dos eixos temáticos “(In)visibilidade da pessoa egressa”, “Qualificação profissional e geração de emprego e renda” e “Família e construção da liberdade”. Além de um investimento da equipe na realização de discussões de casos com a rede parceira e em espaços já desenvolvidos pela equipe, também houve uma focalização em ações junto aos CRAS do município, principalmente no Programa de Segurança Alimentar (PSA) para, discutir a questão do egresso, buscando orientar e esclarecer para o público egresso, familiares e a comunidade, de que há uma Política Pública voltada às suas demandas. No mês de novembro houve uma pequena queda em comparação com média de desempenho da equipe, tendo em vista a indisponibilidade de veículo e também o fato de que algumas instituições (principalmente CRAS's) suspenderam as reuniões de rede mensal, retomando-as tão somente no próximo ano. Destaca-se que os equipamentos da rede são alocados em seis regiões diferentes e razoavelmente distantes, exigindo uma organização mais estratégica da equipe.

O PRESP-Uberaba também evidenciou grande oscilação ao executar um total de 41 articulações de rede, 173% a cima da meta, principalmente devido ao notório aumento no mês de novembro. Neste mês, observa-se que a realização do encontro de rede nomeado " Intersetorialidade: do acesso a direitos à inclusão social do egresso do sistema prisional", impactou no aumento desse indicador, uma vez que contou a participação de 13 instituições. Além disso, verificou-se uma queda brusca no número de ações de outubro, uma vez que a equipe refez a leitura desse dado e agora consegue mensurá-lo corretamente, ou seja, o número de discussões de caso e não de instituições participantes, conforme pactuado no contrato de gestão. Destaca-se que a supervisão, após constatar diversas dúvidas das equipes, tem realizado constatações alinhamento metodológico no que se refere à produção, sistematização e análise de dados. Merece destaque a priorização das atividades para construção de fluxo de encaminhamento junto aos serviços da rede de proteção básica e especializada do município, bem como nas discussões de casos, inclusive junto a Unidade Prisional que tem se apresentado mais aberta para construção de parceria. Por fim, cumpre mencionar a aprovação do Projeto de Lei que prevê reservas de vagas para egressos do sistema prisional na prestação de serviços no município.

Importante também ressaltar o PRESP-Araguari, que diante do contexto de implantação, tem priorizado articulações com a rede de proteção social e do sistema de justiça, para apresentação do programa e construção de parcerias. Dentre as 34 atividades realizadas nesse período, que representa 127% para além da meta, destacam-se as articulações com a Promotoria de Justiça de Execuções Penais, Defensoria Pública, Delegacia Regional da Polícia Civil e Secretarias Municipais.

Ao analisar os dados, nota-se ainda que alguns CAPIEs apresentaram algumas oscilações são eles: Belo Horizonte, Ribeirão das Neves e Santa Luzia. Este último continua não correspondendo às expectativas do Programa no que diz respeito às mobilizações, destaca-se que existe em curso uma análise mais criteriosa dos fatores que fazem com que a equipe não consiga concretizar os agendamentos marcados com a rede, bem como a criação de novas estratégias para acessar a rede de proteção social, dentre elas a aproximação com a base local (Fica Vivo! e Mediação de Conflitos – Palmital e Via Colégio).

Em Ribeirão das Neves, ocorre uma queda no mês de setembro, que foi marcado pelo desligamento de uma analista, as férias das outras duas e a chegada de novas estagiárias.

Nota-se em Belo Horizonte uma queda significativa no número de articulações de rede em novembro, devido ao contexto que essa unidade vivenciou, qual seja, férias de analista e saída de uma analista, estagiária e da gestão social. Apesar de terem sido realizadas apenas 08 articulações, cumpre salientar que algumas ações demandaram grande investimento das equipes, são elas: organização da exposição “Para minha Liberdade”, que se constrói a partir de narrativas e olhares de mulheres em privação de liberdade de Belo Horizonte, a partir da parceria junto ao Complexo Penitenciário Feminina Estevão Pinto. A exposição de fotografias e cartas foi fruto da realização de dois projetos com as pré-egressas, Pílulas de Afeto e Tecendo Diversidades, e será exibida no Seminário Estadual de Alternativas Penais em dezembro de 2019. Além disso, destaca-se a construção de fluxo, mobilização e organização do curso profissionalizante de Designer de Sobrancelhas em parceria com a instituição Wilson Chagas; articulações contínuas com o SINE, inclusive de sensibilização junto às empresas parceiras e articulações relacionadas ao público em situação de rua.

Apesar do PrEsp-Governador Valadares não apresentar expressividade no número de articulações de rede, faz-se importante ressaltar uma articulação relacionada a inclusão no mercado formal. Em virtude da LEI Nº 6.810, de 30 de agosto de 2017, que dispõe sobre reserva de vagas nos editais de licitação referente a obras e serviços a egressos do sistema prisional e apenados, foram realizados em novembro os primeiros encaminhamentos de egressos para concorrer as referidas vagas de trabalho. Será necessário alinhar o fluxo de encaminhamento e acompanhamento juntos às empresas, de modo a qualificar a execução da lei.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador nº 5.1. Percentual de acompanhamento in loco da Supervisão no interior

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	100%

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: acompanhamento *in loco* da Supervisão permite que tanto o Supervisor Geral, quanto os Supervisores Metodológicos, possam exercer suas atribuições, de acordo com cada cargo, nos municípios do interior do Estado, de forma que verifiquem e acompanhem o desenvolvimento das equipes técnicas da Política de Prevenção Social à Criminalidade. Desta forma, este indicador visa aferir o percentual de visitas de acompanhamento realizadas pela Supervisão Geral e Supervisão Metodológica no interior de acordo com os cronogramas.

No 3º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/11/2019 a 30/11/2019) foram planejadas a realização de 24 viagens de supervisão metodológica. Todas elas foram realizadas.

Viagens Planejadas	Programa	Viagens realizadas	Programa
Juiz de Fora	CEAPA	Juiz de Fora	CEAPA
Araguari	PrEsp	Araguari	PrEsp
Uberaba	PrEsp	Uberaba	PrEsp
Uberlândia	PMC	Uberlândia	PMC
Juiz de Fora	PMC	Juiz de Fora	PMC
Montes Claros	CEAPA	Montes Claros	CEAPA
Juiz de Fora	Fica Vivo!	Juiz de Fora	Fica Vivo!
Juiz de Fora	Supervisão Geral	Juiz de Fora	Supervisão Geral
Ipatinga	Supervisão Geral	Ipatinga	Supervisão Geral
Governador Valadares	Fica Vivo!	Governador Valadares	Fica Vivo!
Uberlândia	PrEsp	Uberlândia	PrEsp
Juiz de Fora	PrEsp	Juiz de Fora	PrEsp
Ipatinga	Fica Vivo!	Ipatinga	Fica Vivo!
Governador Valadares	CEAPA	Governador Valadares	CEAPA
Ipatinga	CEAPA	Ipatinga	CEAPA
Divinópolis	Supervisão Geral	Divinópolis	Supervisão Geral
Ipatinga	Fica Vivo!	Ipatinga	Fica Vivo!
Montes Claros	Fica Vivo	Montes Claros	Fica Vivo
Araguari	Supervisão Geral	Araguari	Supervisão Geral
Uberaba	Supervisão Geral	Uberaba	Supervisão Geral
Ipatinga	PrEsp	Ipatinga	PrEsp
Montes Claros	Supervisão Geral	Montes Claros	Supervisão Geral
Uberaba	CEAPA	Uberaba	CEAPA
Sete Lagoas	CEAPA	Sete Lagoas	CEAPA

Segue abaixo um resumo dos tópicos desenvolvidos em cada viagem:

10 a 12 de setembro - Juiz de Fora/Ceapa – Alinhamento de processos de trabalho de equipe do programa; suporte à Gestão Social quanto às articulações com o Poder Judiciário; orientação sobre monitoramento mensal de casos; construção dos pontos de alinhamento com a Vara de Execuções Penais.

16 a 18 de setembro – Araguari/PrEsp – articulações relativas à implantação do programa com a Gestão Social tais como, Defensoria Pública, Vara de Execuções Penais, Ministério Público, Unidade Prisional, Rede Sócio-Assistencial, dinâmica criminal; supervisão de equipe.

19 a 20 de setembro – Uberaba/PrEsp – discussões metodológicas com a Gestão Social e equipe de analistas sociais; orientação e avaliação das atividades desenvolvidas; suporte na construção de articulações junto ao Poder Judiciário; realização de grupos de discussões de casos; capacitação da equipe em análise de dados.

17 a 20 de setembro – Uberlândia/PMC – supervisão de equipe técnica; análise das dinâmicas de criminalidade e violência; discussão de casos; elaboração de estratégias de mobilização comunitária; definição de plano de ação trimestral; alinhamento metodológico com a Gestão Social.

30 de setembro a 01 de outubro – Juiz de Fora/PMC – supervisão metodológica com equipe técnica e Gestão Social; discussão de estratégias de intervenção sobre fatores de risco e violência nos territórios mais violentos; discussão sobre estratégias de organização comunitária.

04 a 07 de novembro – Montes Claros/CEAPA – orientação e avaliação das ações desenvolvidas com equipe técnica e Gestão Social; orientações sobre indicadores do programa, bem como instrumentos de coleta de dados; estudo e discussão de casos; execução de grupos e articulações de redes.

06 a 08 de novembro – Juiz de Fora/Fica Vivo – Avaliação das ações do Programa no ano de 2018 e construção de ações para o período 2019/2020; discussões sobre a dinâmica criminal e reuniões com o GEPAR; acompanhamento de projetos locais e de circulação dos jovens; articulações com o sistema de Justiça e o sistema socioeducativo; discussão de ações para fortalecimento da rede local.

06 a 11 de novembro – Juiz de Fora/Supervisão Geral – Alinhamento de reunião com o GEPAR; visita técnica com o Secretário da 4ª Região Integrada de Segurança Pública; supervisão das atividades da Gestão Social e equipe técnica na promoção da política de prevenção; planejamento estratégico da Gestão Social; acompanhamento da promoção, execução e fomento das ações político-institucionais.

07 a 08 de novembro – Ipatinga/Supervisão Geral – acompanhamento dos trabalhos realizados pelas UPC's de base local e municipal no que tange a gestão de pessoas, representatividade política e articulação com o poder Judiciário.

11 a 14 de novembro – Governador Valadares/Fica Vivo – acompanhamento e orientação metodológica da Gestão Social e equipe técnica dos programas de base local; avaliação da parceria com o GEPAR; análise do impacto da implantação de novas oficinas temáticas; discussão e análise sobre dinâmica das violências e criminalidade nos territórios do Turmalina e Carapina.

11 a 14 de novembro – Uberlândia/PrEsp – acordo com o poder Judiciário referente às assinaturas; alinhamento em relação ao trabalho executado com pré-egressos e familiares; orientação da equipe técnica na construção de fluxos de atendimentos e acompanhamento dos usuários do programa; discussão sobre os indicadores; avaliação do planejamento estabelecido para 2019.

12 a 14 de novembro – Juiz de Fora/PrEsp – avaliação e orientação das ações desenvolvidas pela equipe técnica; suporte na construção de articulações como poder Judiciário; estudo e discussão de casos; organização do trabalho da equipe técnica; orientação da equipe técnica quanto à coleta dos indicadores do programa; desenvolvimento da capacidade de análise de dados pela equipe técnica.

18 a 20 de novembro – Ipatinga/Fica Vivo – avaliação dos impactos das intervenções metodológica construídas para as realidades dos territórios; orientação da Gestão Social quanto à metodologia do programa e sua aplicação pela equipe técnica; adequações metodológicas baseadas nos resultados obtidos; circulação na área de abrangência da UPC.

18 a 20 de novembro – Governador Valadares/CEAPA – estabelecimento de estratégias de intervenção com a rede parceira (instituições e poder Judiciário); discussão de casos e análise.

20 a 22 de novembro – Ipatinga/CEAPA – discussão de casos com a equipe e construção de intervenções; acompanhamento da execução do Projeto Execução de Alternativa Penal sobre Drogas; orientação e avaliação das ações metodológicas desenvolvidas.

19 a 20 de novembro – Divinópolis/Supervisão Geral – avaliação e retorno do trabalho da Gestão Social; acompanhamento, orientação e suporte à gestão social.

20 a 22 de novembro – Ipatinga/Fica Vivo! – discussão de casos prioritários e de dinâmicas sociais das violências e criminalidade emergentes nos territórios; reunião com gestor social; construção de intervenções a partir das diretrizes metodológicas.

26 a 29 de novembro – Montes Claros/Fica Vivo – alinhamento das intervenções metodológicas junto às equipes técnicas e Gestão Social; avaliação das ações realizadas em 2019; planejamento de ações para 2020; análise da dinâmica social das violências e criminalidade e encontros com o GEPAR; articulações com a rede, sistema de justiça e sistema socioeducacional.

26 e 27 de novembro – Araguari/Supervisão Geral – gestão de pessoas; representatividade política; alteração do espaço físico da UPC; início da execução do PrEsp; seminário CEAPA; dinâmica criminal; RGE.

27 a 29 de novembro - Uberaba/Supervisão Geral – organização do trabalho das equipes; gestão de pessoas; representatividade política; articulação de rede.

26 a 28 de novembro – Ipatinga/PrEsp – discussão de casos; alinhamento metodológico em relação ao trabalho com grupos de pré-egressos, egressos e familiares; construção de fluxos de atendimentos; discussão sobre indicadores do programa; avaliação do planejamento de 2019; planejamento de ações do programa em 2020.

26 a 29 de novembro – Montes Claros/Supervisão Geral – orientação sobre articulação da Gestão Social na promoção da política de prevenção, estabelecimento de parcerias estratégicas e interlocução com atores envolvidos no desempenho das atividades dos programas; suporte à Gestão Social na coordenação das UPC's; circulação pelos territórios das áreas de abrangência dos programas de base local.

26 a 29 de novembro – Uberaba/CEAPA – orientações sobre intervenções com o público da Vara de Execuções Penais que respondem por tráfico de drogas, furto e porte ilegal de armas; orientações sobre o acompanhamento dos casos de Medida Cautelar; desenvolvimento da capacidade analítica de dados da equipe técnica; orientações quanto aos indicadores do programa

e instrumentais de coleta de dados; orientação e avaliação das ações desenvolvidas pela equipe técnica, tais como execução de grupos e articulação de rede; suporte na construção de articulações junto ao poder Judiciário no que tange ao público da Lei Maria da Penha.

28 e 29 de novembro – Sete Lagoas/CEAPA – orientações quanto aos indicadores do programa e instrumentais de coleta de dados; desenvolvimento da capacidade analítica de dados da equipe técnica; discussão sobre a metodologia do programa com os novos integrantes da equipe técnica; alinhamentos sobre organização da equipe com a Gestão Social; orientações sobre intervenções com a rede; discussão de casos.

As supervisões metodológicas ocorrem em diversos espaços para além das viagens in loco. Nesse período cada um dos programas realizou um conjunto significativo de intervenções junto as equipes com o intuito de aprimoramento do trabalho. Cada programa realizou em média mais de 3 intervenções por equipe ao longo do trimestre.

Como desdobramento disso, apresentamos abaixo uma leitura dessas intervenções especificamente para atuar junto as equipes no que se refere ao dados e metas estabelecidas:

Programa CEAPA

Visando qualificar e ampliar o olhar técnico sobre as ações do Programa, a Supervisão Metodológica investiu, no decorrer do ano, em diversos espaços formativos (supervisões in loco, capacitações temáticas...). Estes foram momentos de construções e abordagens que, condizente com as necessidades das equipes, potencializaram as ações do Programa.

O reflexo dessas práticas se revela, para além de outros dados, no número de atendimentos individuais de acompanhamento, grupais de PEAP e grupais de práticas restaurativas. Para além do fator quantitativo, não se pode deixar de frisar a qualificação e a ampliação das possibilidades de intervenção das equipes. Passa a ser notória a evolução no que diz respeito à atenção aos cumpridores para além do cumprimento da alternativa penal, por meio de leituras sobre vulnerabilidades sociais e riscos criminais. A partir disso, os analistas vêm desenvolvendo maior aproximação com a rede de proteção social e avançando nas intervenções de prevenção à criminalidade. Tais procedimentos refletem ainda na consolidação e no reconhecimento da atuação da CEAPA nos municípios. Na medida em que a leitura e as possibilidades de intervenção através das alternativas penais se desenvolvem, novas frentes de trabalho mostram-se possíveis.

Uma delas, que se manifestou crescente neste período avaliatório, foram os encaminhamentos, pelo Ministério Público, de Acordos de Não Persecução Penal. Perante tal novidade, mostra-se necessária a qualificação quanto ao instituto jurídico. Por isso, a Supervisão Metodológica deve contribuir para a instrumentalização das equipes, visando o aprimoramento sobre as possibilidades de intervenção nesta modalidade – que hoje, em maioria, se limita à Prestação de Serviços à Comunidade.

Tendo isso em vista, e levando em consideração os institutos jurídicos já convencionais, mostram-se importantes a análise, o aprimoramento e o fortalecimento do acompanhamento da Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Tal modalidade, ainda que seja Alternativa Penal com maior volume de casos em monitoramento no Programa, mostrou-se com o menor índice de cumprimento integral (**Indicador II**) no decorrer dos períodos avaliatórios. Assim, a atuação da Supervisão Metodológica deve favorecer a capacidade de ações nestes casos, o fomento de intervenções grupais, principalmente Grupo de Acompanhamento, e a qualificação dos encaminhamentos à Rede de Alternativas Penais.

A partir da leitura do número de casos que aguardam encaminhamentos/ reencaminhamentos no Programa, fazem-se necessárias ainda construções que se atentem para os princípios das alternativas penais: Individualização, Horizontalidade, Auto composição e Celeridade. Cabe, portanto, à Supervisão, promover o desenvolvimento de tais leituras e construções em conjunto com as equipes, a partir da realidade de cada município.

Ainda ao analisar o **Indicador II**, é possível planejar ações para aprimorar o trabalho das equipes em outras frentes. Desta maneira, planeja-se impulsionar o monitoramento regular das alternativas penais e maior apropriação da Planilha de Monitoramento pelos profissionais. Além disso, é necessário desenvolver o olhar sobre fatores externos que podem impactar no cumprimento das alternativas penais: para além da atuação técnica, intervenções de responsabilização e proteção social para os casos, mostram-se de grande importância.

Por fim, para o **Indicador III** (Número acumulado de ações junto à rede) busca-se ampliar o escopo técnico da equipe para que haja qualificação das parcerias e efetividade nas articulações realizadas pelo Programa. Nota-se, a partir do novo modelo do Relatório Qualitativo, maior estímulo e apropriação quanto às leituras e registros de vulnerabilidades sociais e outros aspectos que tendem a impactar no quantitativo de ações junto à rede parceira. Ainda assim, cabem novas ações da Supervisão para que, a partir da realidade de cada município, as ações sejam ainda mais frequentes e efetivas.

Programa PRESP

A partir da leitura e análise do trabalho realizado pelas equipes, nos meses de referência foram priorizadas de modo global intervenções metodológicas relacionadas à realização de atividades coletivas, à temática de gênero e aos instrumentais, dados e indicadores do Programa. Para tanto, tem-se investido nos espaços de formação mensal, a maioria contando com a presença de facilitadores externos para provocar a discussão, além de interlocuções com outros Programas da Política de Prevenção. Desse modo, há um esforço para a construção de espaços de alinhamentos e orientações metodológicas coletivos junto às equipes, além dos espaços de supervisões individuais, a partir das especificidades de cada município. Cumpre mencionar ainda o investimento nas capacitações iniciais junto aos profissionais recém-chegados à Política de Prevenção a Criminalidade.

Diante da ampliação do escopo de trabalho do PrEsp, a realização de atividades em grupo tem se apresentado como uma importante estratégia de intervenção com o público, seja com pré-egressos, egressos e familiares. Nessa perspectiva, faz-se necessário um alinhamento metodológico frente a essas práticas, de modo a contribuir para a orientação, qualificação e ampliação do repertório do trabalho realizado pelas equipes. Para tal, realizou-se em outubro de 2019 um momento de troca de experiências, para diagnosticar demandas, levantar desafios e possibilidades de atuação. Este momento também foi realizado com as Unidades do interior, através de videoconferência. Destaca-se que a realização dos Grupos de Apresentação tem-se se

apresentado como um ponto principal de intervenção da supervisão e diretoria, uma vez que é uma atividade considerada nova no Programa e que ainda está em construção e avaliação no que se refere aos seus impactos e alcances. Além disso, em novembro, construiu-se outro espaço de aprendizagem junto às equipes, para circulação dos saberes, onde participantes do Coletivo Articulando Redes provocaram a discussão sobre a realização de grupos, aperfeiçoando o potencial interventivo do PrEsp a partir de reflexões sobre a mobilização, planejamento, processo grupal, construção de vínculo, técnicas e ferramentas, dentre outras. Cumpre mencionar que a supervisão também tem discutido individualmente como estão as frentes de trabalho em cada Unidade, principalmente em relação a esse eixo, para construir estratégias frente aos entraves encontrados. O objetivo é fomentar cada vez mais a construção de espaços participativos junto ao público.

Outro ponto de intervenção e problematização pela supervisão, refere-se à discussão relacionada ao recorte gênero e encarceramento. Apesar de menos de 10% do público atendido pelo PrEsp em 2019 ser mulheres ou população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Pessoas Trans), o Programa não pode se furtar desse debate, buscando qualificar a leitura sobre a temática e ampliando o alcance a esse público. Sabe-se do aumento do encarceramento feminino, representados por 656% comparando o ano 2000 a 2016, conforme dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (2018). Sabe-se também das inúmeras violências sofridas pelas mulheres e população LGBT e que são agravadas pelo aprisionamento. Portanto, o Programa tem se debruçado sobre essa questão, tendo realizado uma formação temática sobre “Conceitos Básicos sobre a População LGBT”, ministrada pela professora Duda [REDACTED], além de ter participado das capacitações realizadas pela CEAPA e Programa Mediação de Conflitos, sobre Gênero: construção de um conceito e Masculinidades: vivências e violências, respectivamente. Vale mencionar algumas ações que vem sendo realizadas, a saber: um grupo com pré-egressos realizado pelo PrEsp-Uberaba no pavilhão LGBT da Unidade Prisional do município, os grupos reflexivos realizados pelo PrEsp-Belo Horizonte com as pré-egressas da Penitenciária Estevão Pinto – PIEP e os grupos espontâneos com mulheres e familiares realizados pelo PrEsp- Juiz de Fora. Nesse sentido, é de extrema importância qualificar o acompanhamento desse público e a articulação com a rede, contribuindo para reduzir fatores de risco e favorecer o acesso a direitos.

Outro ponto de constante alinhamento diz respeito à produção, sistematização e análise de dados. Diante da constatação de diversas dúvidas, tem sido realizado um movimento intenso para alinhamento metodológico, orientações às equipes e atualização dos instrumentos de trabalho, como a planilha e documentos orientadores. Além dos espaços coletivos, a supervisão tem realizado leitura dos dados junto às equipes, de modo a contribuir para análise do trabalho e planejamento de estratégias e enfrentamento aos desafios. Vale destacar que houve uma intervenção mais expressiva no indicador referente ao Percentual de adesão dos egressos atendidos. Trata-se de um indicador novo, pactuado em 2019, que tem demandado esclarecimento por parte das equipes, para construção de estratégias de vinculação.

De forma inicial, a supervisão tem provocado um alinhamento metodológico no que se refere às articulações com os Programas de Base Local, principalmente com o Fica Vivo!, tendo em vista as diversas ações conjuntas realizadas na ponta. Faz-se necessário provocar uma análise crítica sobre as construções principalmente no que tange às circulações conjuntas no território e discussão sobre a dinâmica criminal, de modo a sempre avaliar os impactos das intervenções para o alcance dos objetivos da política. Foi realizada, em formato piloto, uma supervisão integrada no município de Betim, com as equipes do PrEsp e Fica Vivo!, onde foi possível realizar discussões sobre ações conjuntas já realizadas entre o PrEsp e o Fica Vivo!, principalmente com a equipe do Citrolândia, bem como pensar futuras interseções de trabalho no município.

MONITORAMENTO ELETRÔNICO

Por fim, é importante apresentar um fenômeno que vem se apresentando com mais intensidade agora neste trimestre, e traz ao programa um novo desafio. É crescente a chegada de pessoas que estão no regime semi-aberto com tornozeleira. Esta configuração se tornou possível, a partir da Súmula Vinculante 56 do STF, que versa “A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros fixados RE 641.320/RS.” A questão que fica aqui para o Programa é saber lidar com as dificuldades vivenciadas pelo público egresso do sistema prisional, agora em um novo formato de condicionalidade que ainda não se apresenta de forma uniforme, tendo em vista ainda entendimentos diferenciados entre os Juizes da Varas de Execução Penais.

Destaca-se que a qualificação do acompanhamento continua sendo um principal orientador do trabalho da supervisão, principalmente no que se refere ao envolvimento criminal, situações de risco e ameaça, e demais vulnerabilidades pessoais e sociais.

Programa Mediação de Conflitos

De modo geral, como destacado nos tópicos anteriores, no período avaliatório de referência houve uma manutenção no desempenho dos indicadores do programa, que se mantiveram dentro da média do período anterior e acima da meta estabelecida para o período.

Em uma análise processual, essa manutenção está associada à consolidação da atuação das equipes frente às mudanças ocorridas no início do ano, que trouxeram no 2º PA aumentos consideráveis em todos os indicadores previstos. Dentre as modalidades de atendimento, é importante destacar que as intervenções em projetos temáticos foram as que tiveram maior oscilação em comparação ao 2º PA, com um aumento de 61%. Neste sentido, a aposta da supervisão metodológica em formações que ampliam o repertório das equipes para esse tipo de intervenção nos territórios pode ter contribuído para este aumento. No mês de outubro tivemos um espaço formativo com ênfase em práticas restaurativas, que trouxe experiências e possibilidades de ampliação da atuação das equipes, principalmente com grupos.

Outro fator que está associado a este aumento é a perspectiva de projetos que sejam mais recorrentes, considerando que os mesmos podem acontecer de forma mais pontual, em um planejamento que seja mais fluido e que atenda demandas que surjam com mais frequência para as equipes. Para isso, a supervisão metodológica tem investido no acompanhamento e orientação das equipes, de modo que o fluxo de elaboração e execução de projeto seja cada vez mais dinâmico. Esse investimento da supervisão metodológica, que já se apresentava enquanto perspectiva no período avaliatório passado, apresenta resultados palpáveis neste

último trimestre, traduzidos no aumento considerável nesta modalidade de atendimento, reforçando o viés comunitário do programa, associado ao crescente engajamento das equipes nestas práticas.

No que toca a capacidade de intervenção das equipes no enfrentamento às violências, a supervisão metodológica continua com foco no aprimoramento técnico para o acompanhamento destes casos, que em sua maioria demandam intervenções e articulações complexas e necessárias. Quanto às articulações com a rede, é importante dizer que os casos de violência, de modo geral, vão impactar nas interações com a rede local e também com a rede de serviços a nível municipal, o que, por vezes, direciona a equipe a se engajar nestas articulações.

Neste cenário, vale a pena destacar que muitos projetos temáticos versam sobre questões de violência nos territórios, o que traz muitos elementos para a análise das equipes no enfrentamento das violências, além de possibilitar uma maior capilaridade no cenário da prevenção a tais fenômenos no âmbito territorial. Ainda não é possível destacar quantitativamente as intervenções em violências na execução destes projetos temáticos, em virtude da forma de registro nos instrumentais. Por essa razão, estamos avançando no aperfeiçoamento conceitual do programa no que tange à tipologia das violências e na reformulação dos instrumentais de registro, para que possamos dar maior visibilidade às intervenções frente a fenômenos de violência e ampla ressonância às discussões que tem permeado os encontros de formação e as supervisões atinentes a essa temática. Para isso, realizamos 03 encontros (setembro, outubro e novembro) com uma comissão composta por gerentes, analistas, gestoras sociais, estagiárias e diretora do PMC. Essa comissão tem como objetivo discutir e repensar o aprimoramento da identificação, do registro e das formas de atuação frente às violências. Neste sentido, a expectativa é de que, nos próximos períodos avaliatório, haja uma diferença quantitativa sensível em relação aos atendimentos de casos de violência, algo que já é perceptível neste último semestre, com um crescimento de 16% dos casos de individuais e coletivos com violência.

Programa Fica Vivo!

Carapina: A supervisão prosseguirá no acompanhamento metodológico a fim de proporcionar reflexões sobre como intervir em oficinas em que estejam ocorrendo conflitos. Além disto, a supervisão acompanhará com a equipe as estratégias construídas para a ampliação do número de jovens nas oficinas de fotografia e futsal feminino.

Jardim Canaã: nos espaços de supervisão (videoconferência e contato telefônico) tem sido enfatizado de forma veemente a importância da aproximação da equipe aosicineiros para devolutivas sobre o trabalho, para construção cotidiana das ações, para capacitação e orientação acerca das temáticas que atravessam o atendimento ao público prioritário e principalmente, orientações sobre pontos basilares que permeiam os fazeres no Fica Vivo!. Alguns avanços estão perceptíveis, como por exemplo a construção, com osicineiros, de planejamentos e documentos que materializam os processos de avaliação e acompanhamento das oficinas. Esse avanço, que apesar de parecer mínimo diante das complexidades, denota um importante movimento da equipe na tentativa de qualificar o trabalho, de novos olhares ao atendimento às juventudes com trajetória de envolvimento com a criminalidade que têm se apresentado nas oficinas. Assim, o desafio é anterior ao atingimento da meta a partir do aumento no número de jovens em oficinas, pois de qualificar o espaço que se oferta para aqueles que já são participantes (seja de forma assídua ou esporádica).

Jardim felicidade: Além de sugestões de foco para a intervenção, a supervisão acompanhará juntamente à equipe sobre o desenvolvimento das oficinas atuais. Além disto, a supervisão poderá contribuir no fomento à reflexão sobre quais as modalidades possam catalisar o interesse dos jovens.

Jardim Leblon: A supervisão tem acompanhado junto à equipe os processos de implantação, avaliação e eventuais desligamentos de oficinas.

Morumbi: tem sido destacado para a equipe que os Projetos Locais podem ser estratégias interessantes para o aumento do número de atendimentos do Programa, mas alguns atentos são necessários, sendo alguns: a delimitação do objetivo; a construção com os jovens eicineiros; a consideração da demanda da juventude; a avaliação posterior pela juventude, equipe eicineiros; o compartilhamento com a gestão e supervisão para orientações e auxílios. Dentre estes, é notável que a equipe precisa avançar na escuta da juventude para além de resposta à rede na execução de projetos, bem como avançar no compartilhamento com a gestão e supervisão. Nas supervisões o fomento dessas perspectivas continuará frequente. O novo cálculo da meta também se apresenta como uma intervenção necessária, uma vez que a atual está subestimada devido implantação de duas novas oficinas, o que impacta no número acumulado de atendimentos.

Palmital: A supervisão prosseguirá no diálogo com equipe e gestão sobre este indicador, a fim qualificar continuamente as intervenções.

Ressaca: A supervisão irá acompanhar junto à equipe o impacto das ações de acompanhamento e implantação que foram planejadas e vem sendo executadas.

Ribeiro de abreu: A supervisão, juntamente à gestão, fomentará junto à equipe a necessidade de um maior acompanhamento das oficinas com média mais baixa de jovens participantes, considerando as especificidades de cada oficina nessa avaliação.

Supervisão da Gestão

Foram realizadas 59 supervisões da gestão social ao longo dos três meses do trimestre. Essas supervisões visam acompanhar a orientar o trabalho da gestão social articulando orientações técnicas e metodológicas às gerenciais e de procedimentos.

Fonte de comprovação do indicador

Relatórios das visitas realizadas pelos Supervisores.

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador nº 5.2. Percentual de Participação das equipes nas capacitações

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	100%

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: Este indicador visa aferir o percentual de participação dos profissionais contratados pela entidade parceira nas capacitações que ocorrerem

no período avaliatório para atuarem na Política de Prevenção à Criminalidade. Elas objetivam:

- 1) Contribuir para o aprimoramento das competências das equipes;
- 2) Garantir maior envolvimento e responsabilidade com relação aos objetivos dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade;
- 3) Promover a integração e o nivelamento das equipes visando o aprimoramento contínuo da Política de Prevenção Social à Criminalidade.

Nesse período foram realizadas três capacitações no Programa CEAPA. Abaixo descreve-se cada uma delas.

CEAPA – Capacitação Temática – Gênero

Data: 30/09/2019 a 02/10/2019

Público: Analistas CEAPA Belo Horizonte e RMBH

CEAPA – Capacitação Temática – Justiça Restaurativa

Data: 29/10/2019 a 01/11/2019

Público: Analistas CEAPA Belo Horizonte e RMBH

CEAPA – Capacitação Temática – Drogas

Data: 12/11/2019 a 14/11/2019

Público: Analistas CEAPA Belo Horizonte e RMBH

Além dessas três capacitações do Programa CEAPA outros encontros formativos foram realizados ao longo do período avaliatório. Abaixo segue uma listagem dessas formações para cada um dos programas.

Fica Vivo

TIPO	DATA	TEMÁTICA	PÚBLICO
Formação Metodológica	16/10	Juventudes e Cidade	Estagiários, analistas e gestores sociais.
Formação Metodológica	30/10	Fica Vivo ConVida! Juventudes e Cidade	Estagiários, analistas e gestores sociais.
Formação Metodológica	19/11	Videoconferência: Juventudes e Cidade	Estagiários, analistas e gestores sociais do interior.

Programa Mediação de Conflitos

TIPO	DATA	TEMÁTICA	PÚBLICO
Comissão Metodológica	04/09/2019	Discussão sobre Marco Lógico do PMC	Representantes dos profissionais na execução de ponta do PMC (3 analistas sociais, 1 gestor social e 1 estagiário)
Comissão Metodológica	25/09/2019	Reformulação dos instrumentos de registro de violências.	Representantes dos profissionais na execução de ponta do PMC (5 analistas sociais, 2 gestores sociais e 1 estagiário)

Encontro de Formação BH/RMBH	27/09/2019	Masculinidades: vivências e violências.	Equipes PMC e Gestores Sociais de BH e RM
Encontro de Formação Interior	09/10/2019	Masculinidades: vivências e violências.	Equipes PMC e Gestores Sociais das cidades do interior.
Encontro de Formação BH/RMBH	24/10/2019	Práticas restaurativas em contextos comunitários	Equipes PMC e Gestores Sociais de BH e RMBH
Comissão Metodológica	25/10/2019	Discussão conceitual sobre tipos de violências e análise de dados relacionados às dinâmicas territoriais de violências e criminalidade.	Representantes dos profissionais na execução de ponta do PMC (5 analistas sociais, 2 gestores sociais e 1 estagiário)
Comissão Metodológica	27/11/2019	Reformulação dos instrumentais de registro do atendimento de violências.	Representantes dos profissionais na execução de ponta do PMC (5 analistas sociais, 2 gestores sociais e 1 estagiário)

PRESP

TIPO	DATA	TEMÁTICA	PÚBLICO
Capacitação Inicial	02/09	Orientações metodológicas e práticas sobre o trabalho	Analista de Araguari – [REDACTED]
Formação Mensal	25/09	Conceitos básicos sobre população LGBT	Equipes do PrEsp RMBH e representantes dos demais Programas.
Formação do PMC	27/09	Masculinidades: vivências e violências	Participação de representantes do PrEsp (analistas e supervisores).
Capacitação Temática da CEAPA	01/10	Gênero: construção de um conceito	Participação de representantes do PrEsp (analistas e supervisores).
Supervisão Conjunta (PrEsp e Fica Vivo! Betim)	04/10	Atuação conjunta das equipes PrEsp e Fica Vivo!	Participação de todas as equipes do Fica Vivo! Betim, equipe PrEsp, gestão e supervisão dos dois Programas.
Formação Mensal	30/10	Apresentação das práticas de atividades coletivas no PrEsp	Equipes do PrEsp RMBH.
Formação Mensal	06/11	Apresentação das práticas de atividades coletivas no PrEsp	Equipes do PrEsp do Interior.
Formação Mensal	27/11	Pensando e refletindo sobre as atividades coletivas	Equipes do PrEsp RMBH.

Supervisão da Gestão

TIPO	DATA	TEMÁTICA	PÚBLICO
Formação continuada	03/09/2019	Temática: Capacitação Inicial	Gestoras Sociais Juiz de Fora e Uberlândia
Formação continuada	04/09/2019	Temática: Capacitação Inicial	Gestora Social Veneza e Rosaneves
Formação continuada	16/09/2019	Gestão do tempo, organização e qualidade de vida no trabalho.	Gestores Sociais BH/RMBH.

Fonte de comprovação do indicador

Listas de presenças, atas, relatórios, declarações.

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador nº 5.3. Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
15	10,5

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: Este indicador objetiva garantir a reposição das equipes dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade sejam realizadas em tempo hábil pela OS parceira a fim de garantir o quadro de trabalhadores planejado nas memórias de cálculo.

Nos casos de reposição, o processo tem início com o encaminhamento de solicitação da chefia imediata para reposição de vaga e fim a assinatura do contrato de trabalho do substituto. Para esse indicador serão considerados tanto os profissionais das Unidades de Prevenção à Criminalidade quanto os profissionais da Sede da OS para execução do Contrato de Gestão. Para efeito do cálculo do indicador, cada desistência de candidatos convocados incidirá em uma subtração de 03 dias corridos no total de dias utilizados até a contratação, visto que cada desistência no comum das vezes gera uma nova convocação e um novo prazo de resposta. Não havendo candidatos excedentes incidirá em uma subtração de 30 dias corridos no total de dias utilizados até a contratação para fins de realização de novo processo seletivo. Para fins deste indicador, os prazos deverão ser computados excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento, sendo considerados os dias corridos e não somente os dias úteis. Da mesma forma, em caso de realização de processo seletivo e da ausência de candidatos aptos a assumirem a vaga, deverão ser subtraídos 30 dias do total de dias gastos para a reposição já que nesta circunstância deverá ser realizado novo processo de seleção, com todas as etapas previstas.

No 3º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/09/2019 a 30/10/2019) em média levou-se 10,5 dias para a recomposição de vagas em aberto. Com a meta é recompor as vagas em aberto em 15 dias, ela foi executada dentro do esperado. Abaixo segue uma descrição detalhada do prazo de recomposição para cada vaga em aberto durante o período.

DATA DA RP	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO DO NOVO FUNCIONÁRIO	Dias para reposição
19/08/2019	03/09/2019	15
19/08/2019	01/09/2019	13
19/08/2019	03/09/2019	15
22/08/2019	01/09/2019	10 – 9 = 1 3 candidatos não aceitaram
30/08/2019	09/09/2019	10
30/08/2019	06/09/2019	07
03/09/2019	16/09/2019	13
05/09/2019	01/10/2019	26-12 = 14 04 Candidatos não aceitaram
18/09/2019	01/10/2019	13
02/10/2019	14/10/2019	12
14/10/2019	21/10/2019	07
04/11/2019	18/11/2019	14
11/11/2019	18/11/2019	07

Nesse período avaliatório foram solicitadas 13 recomposições de equipe que demoraram em média 10,5 dias para serem repostas. Cabe ressaltar que para recompor uma equipe, geralmente a instituição utiliza-se do banco de classificados dos processos seletivos. Para efetivar o processo de contratação, ressalta-se que se faz necessária a convocação do candidato classificado no processo seletivo, o recebimento e conferencial de documentação, a realização de exame admissional, assinatura do contrato e início das atividades.

Fonte de comprovação do indicador

Solicitação da reposição de vaga, contrato assinado e comprovante que ateste o início de licenças

Área Temática: Produto e Resultados das ações de base territorial**Indicador nº 6.1. Número de relatórios Analíticos das UPCs de base local**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
68	68

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: o Relatório Analítico das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC de Base Local consiste em um documento de registro e análise da dinâmica social das violências e da criminalidade referente às áreas de abrangência dos UPC. O relatório contém os principais registros de fatos e fenômenos sociais percebidos como capazes de agenciar situações de violência e criminalidade nos territórios atendidos, as análises preliminares destes fatos e os encaminhamentos definidos pela Gestão Social. Seu intuito final é sistematizar um conjunto de informações e ações referentes à leitura local da dinâmica social da violência e da criminalidade que permitam acompanhar, avaliar e intervir de forma mais efetiva nos cenários de atuação das UPC.

No 3º período avaliatório foram elaborados 68 relatórios, dessa forma, a meta foi cumprida integralmente. As informações mensuradas nesse período remetem aos meses de julho a outubro de 2019, contempladas em dois relatórios bimestrais, julho/agosto e setembro/outubro. Alguns aspectos dos elementos registrados pelos Gestores Sociais na leitura/análise dos fatos e fenômenos de natureza social, histórica, cultural, econômica, territorial e criminal, que interferem na incidência de criminalidade nos territórios, merecem destaque.

Nos relatórios apresentados foram registrados homicídios consumados (39), homicídios tentados (19) e ameaças (13). Alguns dos casos de ameaça apontados contaram com a intervenção direta dos programas das UPC's de Base Local no acompanhamento do público. Nos casos dos homicídios, além do fato gerador do óbito, há descrição sobre diversos impactos e desdobramentos na dinâmica nos territórios e aumento da sensação de insegurança. Destaca-se também as articulações promovidas com a rede de proteção social dos territórios e municípios para construção de ações de prevenção. Em sua grande maioria descreve-se a construção conjunta com a assistência social, educação e saúde de modo a intervir nas vulnerabilidades apresentadas e favorecer o acesso à direitos do público atendido. As articulações com o Grupo Especializado de Policiamento em Áreas de Risco - GEPAR também ganham destaque, no sentido de qualificar a leitura das dinâmicas bem como pensar em ações mais assertivas na perspectiva da intervenção estratégica.

Em mais de 97% dos relatórios observa-se a descrição qualificada e rica em detalhes da dinâmica do tráfico ilícito de drogas nos territórios de abrangência das Unidades de Prevenção de Base Local, com a existência de conflitos entre grupos ou mesmo a ausência destes em função da organização do tráfico ou prisões de lideranças. Tal leitura analítica acerca da dinâmica criminal relacionada ao tráfico é bastante favorecida pela capilaridade das oficinas do Programa Fica Vivo, pela proximidade dos oficinairos com o território, conhecimento da área de abrangência pelas equipes, articulação com GEPAR e participação do Gestores Sociais nas reuniões no Grupo de Intervenção Estratégica - GIE. Dos 68 relatórios produzidos, 66 deles apresentaram relatos da atuação do tráfico ilícito de drogas nos territórios, sendo que 35 descreveram rivalidade entre grupos na disputa pela comercialização e 22 apresentaram confrontos entre grupos. Outro ponto relevante são os relatos de violências (19) praticadas por atores inseridos nesse fenômeno, alguns deles com situações (11) de violências extremas como espancamento e tortura.

Ponto de destaque nos relatórios refere-se à atuação policial a partir de relatos de moradores, oficinairos/referências comunitárias e rede de serviços sobre a violência e truculência nas abordagens, bem como em alguns casos específicos um cenário apontado de possíveis ilegalidades na atuação de alguns policiais. Nesse contexto, chama a atenção a indicação de que há por parte das comunidades atendidas uma expectativa de intervenção da Política de Prevenção à Criminalidade no controle/regulação social das ações policiais, tal ponto aparece descrito em 30 relatórios. Cabe destacar, que em 4 relatórios foram apresentadas situações de abordagem policial em oficinas do Programa Fica Vivo. Tal ponto, mesmo que em pequena escala, é importante ser ressaltado pelo impacto provocado pela ação policial nesses espaços que dificultam o vínculo entre jovens e oficinairos, podendo a vir ocasionar alguns prejuízos para o desenvolvimento das atividades no espaço de intervenção oficina. Outro aspecto desenvolvido na leitura das violências e criminalidade relaciona-se ao fenômeno da violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher. São muitos os relatórios que apontam a existência de casos nas áreas de abrangência do Centro de Prevenção (35). Esse diagnóstico vem acompanhado do relato das intervenções realizadas pelos Programas, principalmente o Mediação de Conflitos, visando tratar a questão, promovendo o debate sobre gênero e violência contra à mulher, articulação de rede e busca pelo fortalecimento da parceria com a Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica - PPVD. Por fim, cabe ressaltar que a violência institucional é descrita em 20 relatórios, o que demonstra a importância de realizar o trabalho de rede e a discussão para favorecer o acesso à serviços e direitos.

Fonte de comprovação do indicador

Relatórios Analíticos em formato PDF gravados em unidade de disco removível (CD/DVD).

Área Temática: Produto e Resultados das ações de base territorial**Indicador nº 6.2. Número de relatórios de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
3	3

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: a Gestão de Oficinas do Programa Fica Vivo! constitui uma ação estratégica estabelecida entre a entidade parceira e Secretaria de Estado de Segurança Pública. Diante da sua dimensão e complexidade, tornam-se necessárias a descrição e análise pormenorizadas da sua operação ao longo da execução do Contrato de Gestão. O Relatório de Gestão de Oficinas constitui um instrumento de sistematização e análise das informações operacionais deste processo, a partir dos dados dos relatórios enviados pelas equipes técnicas. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório. Os relatórios deverão sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução dos projetos de oficinas no período de análise.

No 3º período avaliatório foi previsto a elaboração de 3 relatórios descritivos da gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! e todos foram elaborados a despeito da entrega com atraso em 1 caso.

Relatório referente ao mês de agosto de 2019 - Data de Entrega 18/09/2019

Relatório referente ao mês de setembro de 2019 - Data de Entrega 17/10/2019

Relatório referente ao mês de outubro de 2019 - Data de Entrega 21/11/2019

DADOS GERENCIAIS - PROGRAMA FICA VIVO! SETEMBRO A NOVEMBRO			
INDICADORES	Setembro	Outubro	Novembro
Número de Projetos de Oficinas Ativos	401	396	393
Número de Jovens atendidos	9490	9618	9479
Número de Atendimentos	11687	11850	11694
Número de Oficineiros com Oficinas Ativas	349	347	345
Média de jovens por oficina	23,67	24,29	24,12
Número de oficinas implantadas	7	4	7
Número de oficinas desligadas	6	9	10

É possível perceber tal como na análise dos indicadores específicos do Programa Fica Vivo! a consolidação dos resultados refletidos na média de jovens em oficinas, nos números de jovens atendidos e nos atendimentos. No que se refere ao conjunto de oficinas ativas, nesse período, observamos ligeira queda nos números, devido ao processo regular de avaliação delas que culminou com mais desligamentos que implantações de novos projetos no período.

Outros dados relevantes sobre os atendimentos nas oficinas já foram descritos nos indicadores 2.1, 2.2 e 2.3.

Fonte de comprovação do indicador

e-mail de encaminhamento dos relatórios para a SESP/SUPEC

Área Temática: Gestão da Parceria	
Indicador nº 7.1. Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório	
<p>Descrição: Uma das atribuições do OEP no acompanhamento e fiscalização do Contrato de Gestão é a realização das checagens amostrais periódicas sobre o período avaliatório, conforme metodologia pré-estabelecida pela SEPLAG, gerando-se relatório conclusivo, que deve ser levado ao conhecimento dos membros da Comissão de Avaliação, quando da reunião desta. A metodologia estruturada pela SEPLAG, que norteia a realização deste procedimento, estabelece que o OEP deve verificar uma amostra de processos de compras, de contratação de serviços, contratação de pessoal, concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas. Deve-se observar se os processos executados estão em conformidade com o Regulamento de Compras e Contratações e com o regulamento interno contendo normas para concessão de diárias e procedimentos de reembolso, e se coadunam com o objeto do Contrato de Gestão.</p> <p>O Regulamento próprio deve ser construído de acordo com o manual disponibilizado no sítio eletrônico da SEPLAG, e aprovado tanto pela SEPLAG quanto pelo Órgão Estatal Parceiro – OEP. O regulamento estabelece procedimentos que devem, obrigatoriamente, ser observados pela entidade em suas compras e contratações. O Regulamento interno contendo as normas de concessão de diárias e procedimentos de reembolso é um documento normatizador da entidade, que deve ser elaborado por esta e submetido à aprovação prévia e formal do OEP e da SEPLAG. Este regulamento estabelece os procedimentos que, obrigatoriamente, devem ser seguidos pela entidade para a concessão de diárias e realização de reembolso de despesas.</p> <p>Para avaliar o percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, a SEPLAG estruturou um modelo de Relatório, que deve ser utilizado pelo OEP para demonstrar os processos analisados.</p> <p>Um dos itens desse relatório é a apuração do percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, que será utilizado para cálculo deste indicador. Importa salientar que, caso exista a necessidade de realização de checagem de efetividade (que verifica a conformidade dos processos considerados inconformes pela equipe de checagem amostral quando da realização deste procedimento), o resultado a ser considerado será o apurado após a finalização do respectivo relatório.</p> <p>As informações acerca do desempenho da OS nesse indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação já que os processos de avaliação dele ocorrem após a elaboração desse relatório.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Relatórios de Checagem Amostral e Elaborados pela Comissão Supervisora do Contrato de Gestão	

Área Temática: Gestão da Parceria**Indicador nº 3.3. Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão****Meta do período avaliatório****Resultado do período avaliatório****100%****Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Descrição: objetivo deste indicador é verificar o cumprimento de atribuições de representantes do Órgão Estatal Parceiro e da OS na condução das atividades de monitoramento do Contrato de Gestão durante a execução deste instrumento jurídico. As atribuições inseridas neste documento emanam da Lei Estadual nº 23.081, de 2018 que dispõem sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como OS e sobre a celebração de Contrato de Gestão entre a entidade qualificada e o Poder Público Estadual, Decreto Estadual nº. 45.969/2002, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação, e de boas práticas observadas na gestão de Contrato de Gestão.

Abaixo segue as descrições das ações a serem realizadas e avaliadas no período com suas respectivas datas de realização.

Nº	AÇÃO	PRAZO	DATA DA REALIZAÇÃO
7	Encaminhar à Comissão de Monitoramento, a cada período avaliatório, Relatório Gerencial de Resultados e Relatório Gerencial Financeiro, devidamente assinados.	Até 7 dias úteis após o final do período avaliatório.	10/12/2019
8	Encaminhar aos membros da Comissão de Avaliação, a cada período avaliatório, Relatório de monitoramento, com informações sobre a execução física e financeira pertinentes ao período analisado.	Antecedência mínima de cinco dias úteis da data da reunião da Comissão de Avaliação.	
9	Realizar, a cada período avaliatório, as Checagens Amostrais Periódicas e Checagem de Efetividade (esta se for o caso) gerando relatório(s) conclusivo(s)	Até 15 dias úteis após o final do período avaliatório.	
10	Garantir, a cada período avaliatório, que as avaliações do Contrato de Gestão – Reuniões da Comissão de Avaliação – sejam realizadas nos prazos previstos no Contrato de Gestão.	Cronograma de Avaliação previsto no Contrato de Gestão.	
11	Disponibilizar os Relatórios Gerenciais de Resultados e Relatórios Gerenciais Financeiros, devidamente assinados, nos sítios eletrônicos do OEP e da OS.	Até 5 dias úteis após a assinatura dos documentos.	
12	Disponibilizar os Relatórios de Monitoramento do Contrato de Gestão devidamente assinados, no sítio eletrônico do OEP ou da Política Pública e da OS.	Até 5 dias úteis após a assinatura dos documentos.	

As informações acerca do desempenho da OS nesse indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.

3 - COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

QUADRO 2 - COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

Área Temática	Produto	Peso (%)	Término Previsto	Término Realizado	Status
1 Capilarização da Política de Prevenção Social à Criminalidade	1.1 Diagnóstico do Perfil do Público dos Programas de Base Local	9	Agosto de 2019	Outubro de 2019	Cumprido integralmente dentro do prazo
	1.2 Diagnóstico do Perfil do Público dos Programas de Base Municipal	9	Agosto de 2019	Outubro de 2019	Cumprido integralmente dentro do prazo

Área Temática 1: Capilarização da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Produto 1.1 – Diagnóstico do Perfil do Público dos Programas de Base Local

Duração		Status
Término previsto	Término realizado	
Agosto de 2019	Outubro de 2019	Cumprido integralmente dentro do prazo

Informações relevantes acerca da execução do produto no período avaliatório

Descrição: Esse Diagnóstico consiste na descrição do perfil do público em geral dos atendidos pelos Programas Controle de Homicídios Fica Vivo! e Mediação de Conflitos, de modo a fornecer elementos para estudos e análises para intervenções quanto à prevenção social à criminalidade. O diagnóstico deverá utilizar informações dos relatórios alimentados pelas equipes técnicas das Unidades de Prevenção à Criminalidade e sua elaboração será exclusiva da OS, sendo vedada a contratação de serviço de terceiros em qualquer etapa desse produto. Caso a OS sugira alterar a forma ou acrescentar outras informações nesses relatórios, deverão ser aprovados pela SESP/SUPEC. Cada público dos Programas deverá ser analisado a partir dos dados coletados pelas equipes. Além disso, deverá ser realizado cruzamento de dados de forma a ser possível aferir o nível de ligação entre os dois Programas e/ou com qualquer outra política pública que atenda esse mesmo público. O diagnóstico deverá conter, no mínimo, os seguintes temas: gênero, faixa etária, estado civil, cor/raça, religião, escolaridade e profissionalização, renda mensal, configuração familiar.

Critério de aceitação: diagnóstico aprovado pela SESP/SUPEC

Fonte de comprovação: e-mail ou ofício da SESP/SUPEC de aprovação do diagnóstico

Duração: agosto/2019 a outubro/2019

Resumo do Produto

Introdução

Para operacionalizar este produto foram utilizadas bases de dados de cadastro dos atendimentos e jovens nos Programas Mediação de Conflitos e Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!.

Como cada programa tem público diferente, as informações contidas em cada uma das bases de dados bem como seus processos de coleta e processamento são distintos. Dessa forma, a análise do perfil de cada público se restringe às possibilidades de cada base de dados.

A base de dados do Programa Mediação de Conflitos é estruturada a partir de um cadastro de registro dos atendimentos e acompanhamento dos casos que chegam ao programa em cada comunidade. Ela possui, portanto, informações associadas a cada atendimento e também ao perfil das pessoas envolvidas em cada caso. Como cada UPC possui uma base de dados padrão com um conjunto de variáveis definidas nos formulários do Programa, primeiramente, foi necessário agregar todos os casos em uma única base de dados. Foi utilizada como referência para a análise a base de dados do mês de agosto de 2019 que concentra todos os casos atendidos no programa entre janeiro e agosto de 2019. Primeiramente fez-se uma descrição simples do perfil dos atendimentos a partir de tabelas de frequência. Em seguida elaboraram-se algumas tabelas de referência cruzada na tentativa de compreender como o perfil do público, a partir dos atendimentos, está associado às demandas apresentadas ao programa. Na tentativa de refinar também um pouco a compreensão do perfil e das demandas apresentadas pelos usuários em cada atendimento algumas probabilidades condicionais foram calculadas. Reitera-se ainda que os microdados estão referidos a cada atendimento, ou seja, um indivíduo pode acumular mais de um atendimento. Dessa forma, os perfis do Programa Mediação de Conflito se tratam dos atendimentos de seus respectivos requerentes, significando que um indivíduo atendido é contabilizado mais de uma vez caso tenha tido mais de um atendimento.

Para o Programa Fica Vivo! utilizou-se a base de dados do cadastro de jovens. Ela consiste em uma base para o cadastramento de algumas informações sociodemográficas e da participação dos jovens nas oficinas no Programa. Cabe destacar que este instrumento constitui uma alteração metodológica recente no programa no que consiste à coleta de dados dos participantes em oficinas. Esse cadastro está em processamento de modo que ainda não se tem a totalidade dos jovens participantes nas oficinas cadastrados no instrumento. É necessário esclarecer que o formato de atendimento do Programa Fica Vivo! difere substancialmente dos outros programas da política de prevenção. A maior parte dos atendimentos realizados se refere aos atendimentos de jovens em oficinas. Nesse caso, o programa busca cadastrar todos os jovens a partir de um questionário sociodemográfico. Assim, as variações no número de respostas em cada pergunta estão associadas a esse processo. Por isso, as informações constantes para o programa nesse documento se referem a um retrato parcial dos jovens cadastrados até o mês de agosto nessa base de dados. Apesar disso, além da descrição através de tabelas de frequência para cada uma das variáveis, tentou-se compreender também, com algumas tabelas de referências cruzadas e cálculos de probabilidades observadas, a existência de relação entre escolaridade, frequência à escola, raça/cor e histórico de cumprimento de medidas socioeducativas.

PERFIL DO PÚBLICO DO PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Para o Programa Mediação de Conflitos gerou-se o perfil para duas modalidades de atendimentos distintas. Primeiramente analisa-se o perfil para os casos de atendimentos individuais. Em seguida descreve-se o perfil dos casos de atendimentos comunitários que envolvem

atendimentos coletivos, de organização comunitária e em projetos temáticos.

PERFIL DO PÚBLICO DOS ATENDIMENTOS INDIVIDUAIS DE ORIENTAÇÃO E MEDIAÇÃO ENTRE JANEIRO DE 2019 E AGOSTO DE 2019

As tabelas abaixo descrevem o perfil do público nos atendimentos individuais realizados no Programa Mediação de Conflitos entre janeiro e agosto de 2019. Também são descritas as demandas associadas a cada atendimento e tenta-se articular as demandas ao perfil.

Conforme podemos observar pela tabela 01, pelo menos 7 em cada 10 pessoas que são atendidas nas variadas modalidades do programa são mulheres.

TABELA - DISTRIBUIÇÃO POR SEXO

DISTRIBUIÇÃO POR SEXO		
SEXO	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
MASCULINO	2177	29,20%
FEMININO	5278	70,80%
TOTAL	7455	100,00%

FONTE: INSTITUTO ELO, 2019.

GRÁFICO 01 - DISTRIBUIÇÃO POR SEXO DAS PESSOAS ATENDIDAS NO PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS – JANEIRO A AGOSTO DE 2019

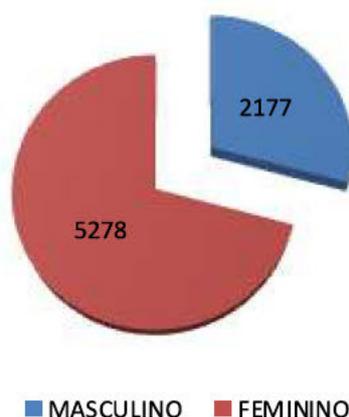
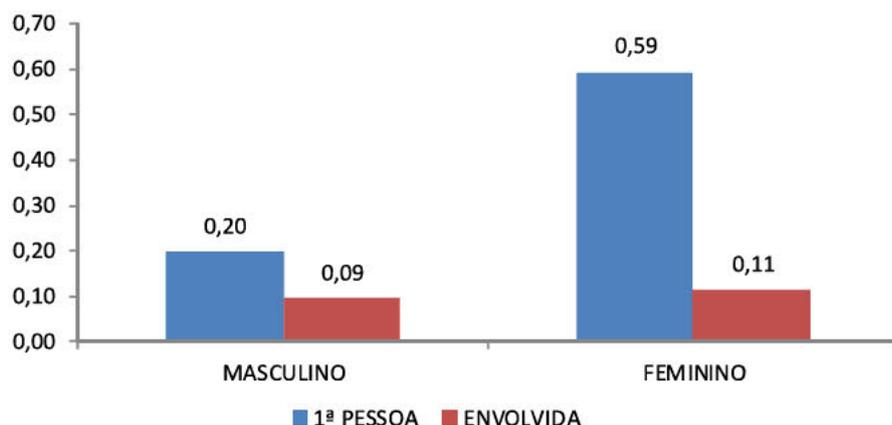


TABELA - DISTRIBUIÇÃO POR SEXO E POSIÇÃO DE ATENDIMENTO NO PROGRAMA

DISTRIBUIÇÃO POR SEXO E POSIÇÃO DE ATENDIMENTO NO PROGRAMA			
CONDIÇÃO DE ATENDIMENTO	SEXO		
	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
1ª PESSOA	1471	4429	5900
ENVOLVIDA	706	849	1555
TOTAL	2177	5278	7455

Além de identificar o sexo das pessoas atendidas, é importante analisar também em que condição os atendidos chegam ao programa: se é 1ª pessoa atendida ou pessoa envolvida no caso. De maneira geral percebe-se que a probabilidade de uma mulher ser atendida no programa é 2,42 vezes maior que a de um homem, conforme se pode conferir a partir dos valores da tabela 02. Ao comparar essa probabilidade dentro de cada posição constata-se a seguinte situação, (como demonstrado no gráfico 02): a probabilidade de uma mulher ser atendida pelo programa na condição de 1ª pessoa é 2,95 vezes maior que a de um homem. Por outro lado, quando a posição é de pessoa envolvida, a probabilidade de uma mulher ser atendida nessa condição é apenas 1,22 vez maior que a dos homens. Assim, é possível notar que os homens buscam menos o programa comparativamente à mulher tanto como 1ª pessoa quanto pessoa envolvida, sendo que, em se tratando de pessoa envolvida, essa distância entre os sexos diminui. Seria interessante discutir essa questão também a partir de outros parâmetros como horário de funcionamento do programa, principais demandas atendidas e situação ocupacional de homens e mulheres nas localidades onde o programa atua.

GRÁFICO - PROBABILIDADES DE HOMENS E MULHERES SEREM ATENDIDAS NO PROGRAMA POR POSIÇÃO (1ª PESSOA E PESSOA ENVOLVIDA) - PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS, JAN/AGO 2019.



Na tabela 03, já é possível conferir as demandas trazidas pelas mulheres. Observa-se que quando as mulheres chegam ao programa na posição de 1ª pessoa, quase 1/4 delas busca atendimento para situações relacionadas às pensões alimentícias, casos de paternidade e conflitos relacionados à definição de parâmetros e critérios de visitas. Vale ressaltar também que, aproximadamente, uma em cada dez mulheres que buscam diretamente o programa o faz para solicitar atendimentos relacionados à separações e divórcios ou reconhecimento e dissolução de uniões estáveis. Cabe destaque também para a quantidade significativa de mulheres que buscam o programa para relatarem questões diretas de violências sofridas. Esse tipo de demanda se constitui no quinto principal motivo pelo qual as mulheres buscam o programa diretamente.

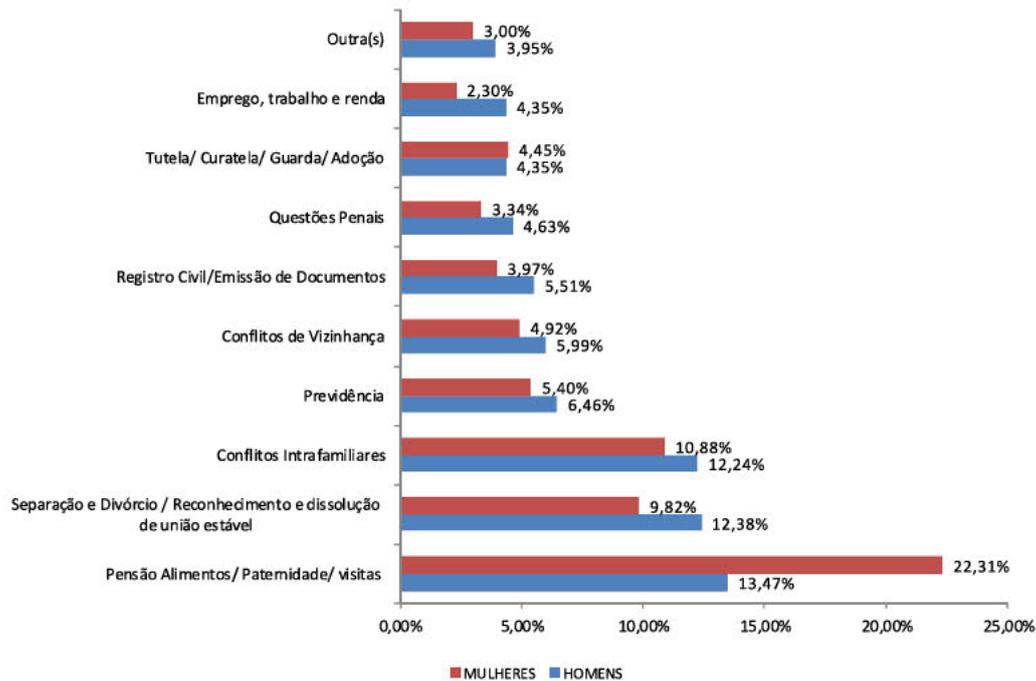
TABELA - DEMANDAS DE MULHERES

DEMANDAS DE MULHERES	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
Pensão Alimentos/ Paternidade/ visitas	988	22,31%
Conflitos Intrafamiliares	482	10,88%
Separação e Divórcio / Reconhecimento e dissolução de união estável	435	9,82%
Violência	241	5,44%
Previdência	239	5,40%
Conflitos de Vizinhaça	218	4,92%
Assistência	202	4,56%
Tutela/ Curatela/ Guarda/ Adoção	197	4,45%
Registro Civil/Emissão de Documentos	176	3,97%
Questões Penais	148	3,34%
Regularização Fundiária/ Posse/ Propriedade	141	3,18%
Outra(s)	133	3,00%
Sucessões	103	2,33%
Emprego, trabalho e renda	102	2,30%
Questões Psicológicas	96	2,17%
Relações de Consumo	91	2,05%
Contratos em Espécie	86	1,94%
Saúde	75	1,69%
Questões Trabalhistas	63	1,42%
Educação	59	1,33%
Saúde mental	50	1,13%
Uso de álcool e/ ou outras drogas	40	0,90%
Questões com o Poder Público	30	0,68%
Infraestrutura pública	16	0,36%
Adolescente em Conflito com a Lei	7	0,16%
Questões Associativas	6	0,14%
Abuso de Autoridade ou Poder	3	0,07%
Meio ambiente	2	0,05%
TOTAL	4429	100,00%

FONTE: INSTITUTO ELO, 2019.

No gráfico 03, é possível comparar quais são as 10 principais demandas de homens e mulheres quando eles buscam o programa diretamente. Tanto para homens quanto para mulheres, o principal motivo para se buscar o programa é o de orientação/mediação em casos e pensões alimentícias, reconhecimento de paternidade e questões associadas a visitas. Mesmo assim, vale destacar que para as mulheres essa categoria de demanda equivale a quase um quarto dos atendimentos diretos. Para os homens, por outro lado, elas equivalem a 13%. Assim, a chance de uma mulher procurar diretamente o programa para discutir questões associadas a esses aspectos é 1,7 vezes maior que a chance de um homem procurar o programa com esse intuito, o que nos leva a reflexão sobre a posição que homens e mulheres ocupam em relação à responsabilidade com o cuidado com os filhos.

GRÁFICO - DISTRIBUIÇÃO DOS 10 PRINCIPAIS MOTIVOS PELOS QUAIS HOMENS E MULHERES BUSCAM O PROGRAMA. PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS, JAN/AGO 2019.



A tabela abaixo descreve a distribuição por idade das pessoas atendidas. Vale destacar a proporção importante de pessoas com 60 anos ou mais.

TABELA - DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS ETÁRIOS

DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS ETÁRIOS		
GRUPOS ETÁRIOS	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
10 a 14 anos	19	0,26%
15 a 19 anos	213	2,95%
20 a 24 anos	584	8,09%
25 a 29 anos	636	8,81%
30 a 34 anos	709	9,82%
35 a 39 anos	926	12,82%
40 a 44 anos	763	10,57%
45 a 49 anos	830	11,49%
50 a 54 anos	537	7,44%
55 a 59 anos	712	9,86%
60 anos ou mais	1292	17,89%
TOTAL	7.221	100,00%

A partir da tabela acima constata-se que uma parcela significativa do público tem entre 30 e 50 anos (44,70%). No que se refere a esse aspecto é importante apresentar a média de idade das pessoas atendidas associadas ao estado civil e por sexo. A média de idade das pessoas atendidas gira em torno de 43,82 anos com uma diferença de aproximadamente 1,5 anos entre homens e mulheres. Quando se calcula essa média por estado civil, é possível notar diferenças importantes. Naturalmente, espera-se que solteiros sejam em média mais novos que pessoas casadas e que estes sejam mais novos que viúvos. No programa constata-se que em média as pessoas solteiras são aproximadamente 9 anos mais novas que as pessoas casadas. Da mesma forma, observa-se que as pessoas casadas, em geral são 5 anos mais novas que as divorciadas e 17 anos mais novas que as viúvas. Ao mesmo tempo, são encontradas diferenças consideráveis entre homens e mulheres na média de idade. A diferença mais significativa ocorre dentre homens e mulheres casados, nesse caso, em média os homens casados são 3,766 anos mais velhos que as mulheres, conforme descrito na tabela 08.

TABELA - MÉDIA DE IDADE POR ESTADO CIVIL E SEXO DOS ATENDIMENTOS PMC

MÉDIA DE IDADE POR ESTADO CIVIL E SEXO DOS ATENDIMENTOS PMC			
ESTADO CIVIL	MÉDIA GERAL	HOMEM	MULHER
Geral	43,832	44,947	43,427
Solteiros	37,739	37,766	37,730
Casados	46,956	49,404	45,638
Divorciados/Separados	51,473	52,456	51,118
Viúvos	63,886	66,750	63,425

A tabela 09 descreve a distribuição por raça/cor das pessoas atendidas. Observa-se que aproximadamente 65,40% das pessoas atendidas pelo programa são negras (Pardas + pretas).

TABELA 09 - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS ATENDIDAS POR RAÇA/COR

DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS ATENDIDAS POR RAÇA/COR		
RAÇA/ COR	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Pardo	3.224	43,43%
Outra	376	5,06%
Preto	1.631	21,97%
Branco	985	13,27%
Não informou	910	12,26%
Amarelo	220	2,96%
Indígena	78	1,05%
TOTAL	7.424	100,00%

Perfil Fica Vivo!

As tabelas abaixo descrevem de maneira geral o perfil dos jovens cadastrados em oficinas do programa Fica Vivo! entre janeiro e agosto de 2019. Nesse período, 79,79% dos jovens atendidos nas oficinas do programa declararam ser do sexo masculino, 22,14% do sexo feminino, 0,03% transmasculino e 0,03% transfeminino.

TABELA 31 – SEXO

SEXO	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Masculino	11505	77,79%
Feminino	3275	22,14%
Transmasculino	5	0,03%
Transfeminino	4	0,03%
TOTAL	14.789	100,00%

Em relação a idade dos jovens participantes das oficinas do programa, conforme apresenta a tabela abaixo, 7,89% têm 12 anos, 8,01% têm 13 anos, 10,07% têm 14 anos, 11,07% têm 15 anos, 11,05% têm 16 anos, 11,48% têm 17 anos, 10,56% têm 18 anos, 7,26% têm 19 anos, 6,35% têm 20 anos, 4,99% têm 21 anos, 4,10% têm 22 anos, 3,32% têm 23 anos, 2,65% têm 24 anos e 1,21% declararam ter outra idade.

TABELA – IDADE

IDADE	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
12 anos	1050	7,89%
13 anos	1067	8,01%
14 anos	1341	10,07%
15 anos	1474	11,07%
16 anos	1471	11,05%
17 anos	1528	11,48%
18 anos	1406	10,56%
19 anos	967	7,26%
20 anos	845	6,35%
21 anos	664	4,99%
22 anos	546	4,10%
23 anos	442	3,32%
24 anos	353	2,65%
Outra	161	1,21%
TOTAL	13.315	100,00%

Quanto à cor/raça, 3% dos jovens participantes das oficinas do programa cadastrados declararam ter cor/raça amarela, 14% branca, 2% indígena, 49% parda, 31% preta e 1% declararam ter outra cor/raça, diversa das apresentadas no cadastro. A proporção de pessoas amarelas e indígenas é maior do que a esperada, podendo significar erros de resposta devido à compreensão do conceito de cada categoria.

TABELA - COR/ RAÇA

COR/RAÇA	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Parda	3263	49%
Preta	2041	31%
Branca	938	14%
Amarela	184	3%
Indígena	101	2%
Outra	88	1%
TOTAL	6615	100%

FONTE: INSTITUTO ELO, 2019.

A tabela 34 apresenta a porcentagem dos usuários do programa que são pais ou mães. Tem-se, dessa forma, que 7% têm filho(s) ou filha(s).

TABELA 34 – TER FILHOS OU NÃO

TEM FILHO(A)(S)?	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Não	6161	93%
Sim	490	7%
TOTAL	6651	100%

Em relação à frequência escolar, 70,11% dos jovens declararam frequentar a escola.

TABELA 35 - FREQUENTA ESCOLA

FREQUENTA ESCOLA	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Sim	4582	70,11%
Não	1953	29,89%
TOTAL	6535	100,00%

Em relação à escolaridade, 50,63% declaram ter como nível de escolaridade atual o Ensino Fundamental Incompleto, 2,76% o Ensino Fundamental Completo, 35,16% o Ensino Médio Incompleto, 8,66% o Ensino Médio Completo, 1,77% o Ensino Superior Incompleto, 0,54% o Ensino Superior Completo, 0,02% Pós-Graduação e 0,46% declaram não ter nenhuma escolaridade.

TABELA 36 – ESCOLARIDADE

ESCOLARIDADE	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
--------------	------------	------------

Fundamental incompleto	3280	50,63%
Médio incompleto	2278	35,16%
Médio completo	561	8,66%
Fundamental completo	179	2,76%
Superior incompleto	115	1,77%
Superior completo	35	0,54%
Pós-Graduação	1	0,02%
Nenhuma	30	0,46%
TOTAL	6479	100,00%

Com objetivo de obter o número de jovens em idade escolar que não estão frequentando a escola fizemos o cruzamento das variáveis idade e frequência à escola. Em todas as idades, de 12 a 24 anos, há jovens que não estariam estudando, com destaque para as faixas etárias de 18 a 22 anos. 14 jovens participantes das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! com 12 anos não estariam frequentando a escola, 13 jovens de 13 anos, 36 jovens de 14 anos, 54 jovens de 14 anos, 54 jovens de 15 anos, 96 jovens de 16 anos, 171 jovens de 17 anos, 251 jovens de 18 anos, 290 jovens de 19 anos, 271 jovens de 20 anos, 236 jovens de 21 anos, 188 jovens de 22 anos, 154 jovens de 23 anos e 113 jovens de 24 anos.

TABELA - IDADE VERSUS FREQUÊNCIA À ESCOLA

IDADE VERSUS FREQUÊNCIA À ESCOLA			
IDADE	FREQUENTA ESCOLA		TOTAL
	NÃO	SIM	
12	14	478	492
13	13	549	562
14	36	652	688
15	54	677	731
16	96	641	737
17	171	574	745
18	251	417	668
19	290	192	482
20	271	114	385
21	236	67	303
22	188	37	225
23	154	25	179
24	113	19	132
TOTAL	1887	4442	6329

Conforme apresenta o gráfico abaixo, percentualmente, 0,74% dos jovens atendidos nas oficinas do programa com 12 anos de idade não frequentam a escola, 0,69% dos jovens com 13 anos de idade, 1,91% dos jovens com 14 anos de idade, 2,86% dos jovens com 15 anos de idade, 5,09% dos jovens com 16 anos de idade e 9,06% dos jovens com 17 anos de idade.

Fonte de comprovação do produto

e-mail ou ofício da SESP/SUPEC de aprovação do diagnóstico

Área Temática 1: Capilarização da Política de Prevenção Social à Criminalidade**Produto 1.2 – Diagnóstico do Perfil do Público dos Programas de Base Municipal**

Duração		Status
Término previsto	Término realizado	
Agosto de 2019	Outubro de 2019	Cumprido integralmente dentro do prazo
Informações relevantes acerca da execução do produto no período avaliatório		

Descrição: Esse Diagnóstico consiste na descrição do perfil do público em geral dos atendidos pelos Programas PRESP e CEAPA, de modo a fornecer elementos para estudos e análises para intervenções quanto à prevenção social à criminalidade. O diagnóstico deverá utilizar informações dos relatórios alimentados pelas equipes técnicas das Unidades de Prevenção à Criminalidade e sua elaboração será exclusiva da OS, sendo vedada a contratação de serviço de terceiros em qualquer etapa desse produto. Caso a OS sugira alterar a forma ou acrescentar outras informações nesses relatórios, deverão ser aprovados pela SESP/SUPEC. Cada público dos Programas deverá ser analisado a partir dos dados coletados pelas equipes. Além disso, deverá ser realizado cruzamento de dados de forma a ser possível aferir o nível de ligação entre os dois Programas e/ou com qualquer outra política pública que atenda esse mesmo público. O diagnóstico deverá conter, no mínimo, os seguintes temas: gênero, faixa etária, estado civil, cor/raça, religião, escolaridade e profissionalização, renda mensal, configuração familiar e situação jurídica.

Critério de aceitação: diagnóstico aprovado pela SESP/SUPEC

Fonte de comprovação: e-mail ou ofício da SESP/SUPEC de aprovação do diagnóstico

Duração: agosto/2019 a outubro/2019

Resumo do Diagnóstico

INTRODUÇÃO

Este documento formaliza o produto 1.2 do Programa de Trabalho inerente ao Contrato de Gestão 002/2019 previsto para o 3º período avaliatório.

Ele consiste no diagnóstico do perfil do público dos programas de base municipal. Portanto, define-se, basicamente, pela descrição do perfil do público em geral dos atendidos pelo Programa Central de Acompanhamento de Penas Alternativas (Ceapa) e pelo Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) de modo a fornecer elementos para estudos e análises para intervenções e inovações quanto à prevenção social à criminalidade em âmbito municipal. O diagnóstico deve utilizar informações dos relatórios alimentados pelas equipes técnicas das Unidades de Prevenção à Criminalidade.

Cada público dos programas foi analisado a partir dos dados coletados pelas equipes com a geração de estatísticas e levantamentos das características do perfil do seu público. Além disso, foram realizados também cruzamentos de dados de forma a ser possível aferir o nível de ligação entre os dois programas e/ou com qualquer outra política pública que atenda esse mesmo público.

DADOS E MÉTODOS

Para operacionalizar este produto foram utilizadas bases de dados de cadastro das inscrições dos usuários dos Programas CEAPA e PRESP.

Como cada programa tem público específico, as informações contidas em cada uma das bases de dados bem como seus processos de coleta e processamento são distintos. Dessa forma, a análise do perfil de cada público se restringe às possibilidades de cada base de dados.

A base de dados do Programa CEAPA se estrutura com um cadastro de registro das inscrições de todas as modalidades de Alternativas Penais. Ela possui, portanto, informações associadas ao perfil de cada usuário bem como da alternativa penal associada a cada indivíduo. Como cada UPC possui uma base de dados padrão com um conjunto de variáveis definidas nos formulários do programa, primeiramente foi necessário agregar todos os casos em uma única base de dados. Foi utilizada como referência para a análise a base de dados do mês de agosto de 2019 que concentra todos os casos atendidos no programa entre janeiro de 2019 e agosto de 2019. Primeiramente fez-se uma descrição simples do perfil do público atendido a partir de tabelas de frequência. Em seguida foram elaboradas algumas tabelas de referência cruzada na tentativa de compreender como o perfil do público está associado às alternativas penais aplicadas.

Para o PRESP utilizou-se a base de dados de inscrição dos usuários no programa. Ela consiste em uma base para o cadastramento de algumas informações sociodemográficas e da situação jurídica dos usuários que chegam ao programa tanto espontaneamente como para cumprimento de alguma condicionalidade. O período de referência também é de egressos atendidos entre janeiro e agosto de 2019. Da mesma forma, foram elaboradas tabelas descritivas para descrever o perfil do público e da sua situação jurídica e também tabelas de referência cruzada na tentativa de captar algum padrão de associação entre o perfil e os delitos penas aplicadas a cada indivíduo.

Tanto para o Programa CEAPA quanto para o PRESP há níveis diferentes de respostas para cada uma das questões presentes nos formulários. Dessa forma, para cada uma das tabelas, os valores totais não serão necessariamente correspondentes. Por não saber o padrão dos casos omissos, optamos por não incluir os casos de não respostas nas tabelas a fim de ter uma distribuição mais precisa das respostas em casa variável.

Resumo do Diagnóstico

PERFIL DO PÚBLICO DO PROGRAMA CEAPA

As tabelas abaixo descrevem o perfil do público inscrito no Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais entre janeiro e agosto de 2019. Elas apresentam dados descritivos do sexo, idade, grau de escolaridade, raça/cor, estado civil, situação ocupacional, renda e situação jurídica. Buscou-se também realizar alguns cruzamentos de dados na busca de compreender possíveis padrões na aplicação das alternativas penais.

Conforme podemos observar pela tabela abaixo, mais de 80% do público do programa é constituído de homens. Isso reproduz de certa forma o contexto do sistema prisional.

Sexo	Frequência	Percentual
Masculino	7053	84,12%
Feminino	1331	15,88%
Total	8384	100,00%

Observa-se também que uma parcela significativa do público se refere aos jovens com até 29 anos. 51,85% das Alternativas Penais que chegaram ao programa no período analisado tiveram como apenados jovens de até 29 anos.

Distribuição por grupos etários	Frequência	Percentual
18 a 19 anos	613	7,89%
20 a 24 anos	2000	25,76%
25 a 29 anos	1413	18,20%
30 a 39 anos	2032	26,17%
40 a 49 anos	1283	16,52%
50 a 59 anos	689	8,87%
60 anos ou mais	348	4,48%
Total	7765	100,00%

Da mesma forma, uma parcela significativa do público para os quais se têm informações se constitui de indivíduos solteiros.

Estado Civil	Frequência	Percentual
Solteiro	4792	57,94%
Casado	1635	19,77%
Separado	232	2,81%
Divorciado	431	5,21%
Viúvo	74	0,89%
União Estável	1106	13,37%
Total	8270	100,00%

A distribuição por raça/cor aponta que mais de 70% das pessoas que chegam ao programa para cumprir pena são da cor/raça negra (pretos + pardos). A conexão de sexo, idade, raça/cor estado civil e tipo de delito cometido revela um padrão do público do programa que corresponde de certa maneira ao público presente no sistema prisional.

Cor/Raça	Frequência	Percentual
Branco	1923	24,67%
Preto	1702	21,84%
Pardo	3918	50,27%
Amarelo	126	1,62%
Indígena	27	0,35%
Outra	98	1,26%
Total	7794	100,00%

A despeito da baixa proporção de analfabetos, o nível de escolaridade é baixo. Dentre os casos para os quais se tem informação, 39,01% têm apenas o ensino fundamental, completo ou incompleto. Embora todos os usuários tenham mais de 18 anos, mais de metade não completou o ensino médio.

Grau de escolaridade	Frequência	Percentual
Analfabeto	77	0,95%
Fundamental Incompleto	2401	29,76%
Fundamental Completo	747	9,26%
Médio Incompleto	1785	22,12%
Médio Completo	2020	25,03%
Superior Incompleto	601	7,45%

Superior Completo	330	4,09%
Pós-graduação	108	1,34%
Total	8069	100,00%

Sob a ótica do trabalho, o público continua apresentando certa vulnerabilidade já que, dos 95% que está em idade ativa, cerca de 22% não exerce qualquer atividade remunerada. Embora o percentual dos que exercem atividade remunerada seja alto, 77,4%, quando cruzamos com a situação ocupacional (apenas 22,6% têm carteira de trabalho assinada) conseguimos reiterar com a vulnerabilidade descrita.

Exerce alguma atividade remunerada	Frequência	Percentual
Sim	6403	77,44%
Não	1865	22,56%
Total	8268	100,00%

Quanto à situação ocupacional, apenas, 22,64% do público analisado desempenham trabalhos com carteira de trabalho assinada. Por outro lado, conjunto significativo desenvolve suas atividades em situações precárias, sem registro em carteira, como autônomos que não tem o respaldo da previdência social, realizando bicos, desempregados e até desocupados.

Situação ocupacional	Frequência	Percentual
Empregado com CT	1781	22,64%
Empregado sem CT	706	8,98%
Trabalhador Rural	23	0,29%
Autônomo com Previdência	538	6,84%
Autônomo sem Previdência	1507	19,16%
Aposentado	263	3,34%
Pensionista	27	0,34%
Afastado INSS	93	1,18%
Bicos	1321	16,79%
Do Lar	63	0,80%
Estudante	108	1,37%
Funcionário Público	112	1,42%
Desempregado (Caso tenha procurado emprego no último mês)	1064	13,53%
Desocupado (Caso não tenha procurado emprego no último mês)	260	3,31%
Total	7866	100,00%

A situação de vulnerabilidade também é verificada quando analisamos o nível de renda recebida pelas pessoas no trabalho desenvolvido. 54% dos usuários recebem até 2 salários mínimos.

Remuneração recebida pelo trabalho	Frequência	Percentual
Até R\$ 998,00	1823	22,47%
Acima de R\$ 998,00 até R\$ 1.996,00	2527	31,15%
Acima de R\$ 1.996,00 até R\$ 2.994,00	683	8,42%
Acima de R\$ 2.994,00 até R\$ 3.992,00	248	3,06%
Acima de R\$ 3.992,00 até R\$ 4.990,00	96	1,18%
Mais do que R\$ 4.990,00	200	2,47%
Não possui renda	1400	17,26%
Não quis informar	1135	13,99%
Total	8112	100,00%

No que se refere ao uso de drogas lícitas, mais da metade dos usuários atendidos pelo Ceapa relataram usar algum tipo.

Uso de Drogas Lícitas	Frequência	Percentual
Sim	4648	64,66%

Não	2540	35,34%
Total	7188	100,00%

Já com relação ao uso de drogas ilícitas, 22,69% relataram o uso de alguma.

Uso de Drogas Ilícitas	Frequência	Percentual
Sim	1622	22,69%
Não	5525	77,31%
Total	7147	100,00%

Com relação ao relato de violência sofrida, 30% dos usuários relataram já ter sofrido alguma situação de violência.

Relato de Violência sofrida	Frequência	Percentual
Sim	2093	30,00%
Não	4884	70,00%
Total	6977	100,00%

PERFIL PRESP

As tabelas abaixo descrevem o perfil do público inscrito no Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional entre janeiro e agosto de 2019. Elas apresentam dados descritivos do sexo, idade, grau de escolaridade, raça/cor, estado civil, situação ocupacional, renda, religião e situação jurídica. Buscou-se também realizar alguns cruzamentos de dados na busca de compreender possíveis padrões.

Conforme podemos observar pela tabela abaixo, mais de 90% do público do programa se constitui de homens. Isso reproduz de certa forma o contexto do sistema prisional.

Sexo	Frequência	Percentual
Masculino	1842	95,05%
Feminino	96	4,95%
Total	1938	100,00%

Constata-se também, assim como no CEAPA, que uma parcela significativa do público se refere a jovens com menos de 29 anos. 47,42% dos egressos que chegaram ao programa no período analisado tinham até 29 anos de idade.

Distribuição por grupos etários	Frequência	Percentual
18 a 19 anos	21	1,08%
20 a 24 anos	439	22,68%
25 a 29 anos	458	23,66%
30 a 39 anos	635	32,80%
40 a 49 anos	258	13,33%
50 a 59 anos	89	4,60%
60 anos ou mais	36	1,86%
Total	1936	100,00%

É possível observar também que mais da metade dos egressos atendidos no programa são solteiros.

Estado Civil	Frequência	Percentual
Casado	236	12,30%
Divorciado	58	3,02%
Separado	31	1,62%
Solteiro	1161	60,53%
União estável com declaração	153	7,98%

União Estável sem declaração	269	14,03%
Viúvo	10	0,52%
Total	1918	100,00%

A distribuição por raça/cor aponta que mais de 60% dos egressos que chegam ao programa se declaram da cor/raça negra (pretos + pardos), 64,07%.

Cor/Raça	Frequência	Percentual
Amarela	36	1,93%
Branca	312	16,76%
Indígena	6	0,32%
Parda	799	42,91%
Preta	394	21,16%
Outra	315	16,92%
Total	1862	100,00%

De forma ainda mais profunda que no CEAPA, um em cada dois usuários do PRES P tem apenas o ensino fundamental incompleto como grau de escolaridade. Mais de 30% do público atendido no programa entre janeiro e agosto de 2019 têm apenas o ensino fundamental completo.

Grau de escolaridade	Frequência	Percentual
Analfabeto	24	1,26%
Analfabeto funcional	22	1,15%
Fundamental incompleto	949	49,66%
Fundamental completo	212	11,09%
Médio incompleto	405	21,19%
Médio completo	250	13,08%
Superior incompleto	39	2,04%
Superior completo	9	0,47%
Pós-graduação	1	0,05%
Total	1911	100,00%

Novamente, embora 98,14% do público atendido no programa esteja em idade ativa, apenas 45,37% dele exerce alguma atividade remunerada.

Exerce alguma atividade remunerada	Frequência	Percentual
Sim	868	45,37%
Não	1045	54,63%
Total	1913	100,00%

Se analisarmos a situação de empregabilidade, da proporção que exerce alguma atividade remunerada, constatamos a real situação de vulnerabilidade do público já que 21,13% deles fazem bicos, 8,86% são autônomos sem respaldo do INSS e 7,6% são empregados sem carteira de trabalho assinada.

Situação ocupacional	Frequência	Percentual
Afastado INSS	10	0,52%
Aposentado	28	1,47%
Autônomo com PS	24	1,26%
Autônomo sem PS	169	8,86%
Bicos	403	21,13%

Desempregado	922	48,35%
Desocupado	62	3,25%
Do lar/Dona de Casa	3	0,16%
Empregado com CT	124	6,50%
Empregado sem CT	145	7,60%
Empregador	6	0,31%
Estudante	0	0,00%
Funcionário público	1	0,05%
Microempreendedor Individual - MEI	4	0,21%
Pensionista	3	0,16%
Trabalhador rural	3	0,16%
Total	1907	100,00%

A distribuição dos usuários por nível de renda corrobora com o perfil vinculado à vulnerabilidade do egresso. Primeiramente 55,26% dos usuários não tem renda. De forma complementar, mais de 40% dos usuários atendidos têm renda de até 2 salários mínimos. Sendo assim, os usuários que não possuem renda ou que possuem renda de até 2 salários mínimos constituem 95,29% do total de respostas acerca da renda.

Remuneração recebida pelo trabalho	Frequência	Percentual
Não possui renda	1045	55,26%
Até 01 SM	316	16,71%
Acima de 01 até 02 SM	441	23,32%
Acima de 02 até 03 SM	61	3,23%
Acima de 03 até 04 SM	14	0,74%
Acima de 04 até 05 SM	4	0,21%
Acima de 05 SM	10	0,53%
Total	1891	100,00%

Uma parcela significativa dos egressos atendidos no programa relata ter religião evangélica. Esse grupo equivale a 48,56% do público atendido entre janeiro e agosto de 2019. Cabe destaque também para o percentual do público que relata ser católico, valor que corresponde a 22,06%.

Fonte de comprovação do produto

e-mail ou ofício da SESP/SUPEC de aprovação do diagnóstico

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

No 3º período avaliatório do Contrato e Gestão 002/2019 (01/06/2019 a 31/08/2019) houve um total de 20 indicadores com meta e 2 produtos. Deste total, como pode ser observado na leitura deste relatório gerencial, 17 indicadores tiveram suas metas alcançadas plenamente um indicador teve 98% de realização e outros 2 terão seus resultados mensurados após a entrega deste documento. Os dois produtos também foram entregues dentro do prazo e aprovados pela SUPEC.

Como se pode observar, todas as metas de atendimento ao público foram atingidas integralmente. Isso indica que o modelo de execução está cada vez mais sólido amparado pelas adesões do público e parceiros às propostas de trabalho dos programas. Apesar das dificuldades enfrentadas, cada vez mais os atendimentos dos programas têm se consolidado como uma referência na prevenção à criminalidade. O Contrato de Gestão e a Política de Prevenção tem se mantido regular na execução das suas atividades culminando com reduções expressivas nos índices de criminalidade nas localidades onde a política atua resultado do esforço conjunto da OS do OEP e dos parceiros nas várias comunidades e municípios onde os programas atuam. Sob a perspectiva financeira, é necessário reforçar o empenho da SEJUSP na regularização dos repasses. Embora ainda não estejam regulares, o volume de recursos repassados nesse período se ampliou significativamente o que contribuiu para maior segurança na execução das atividades.

Por fim, registramos aqui o esforço de mais de 800 profissionais envolvidos na execução dessa Política dentre colaboradores, estagiários e oficinheiros da OS e servidores da Subsecretaria de Políticas de Prevenção à Criminalidade da SESP.

5 – COMPROVANTES DE REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INSTITUTO ELO
CNPJ: 07.514.913/0001-75

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:04:43 do dia 01/11/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 29/04/2020.

Código de controle da certidão: **4385.FE4F.A1AC.B5A8**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO ELO

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 07.514.913/0001-75

Certidão nº: 185225762/2019

Expedição: 01/10/2019, às 11:18:41

Validade: 28/03/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

C e r t i f i c a - s e q u e I N S T I T U T O E L O
(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº
07.514.913/0001-75, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores
Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.514.913/0001-75

Razão Social: INSTITUTO ELO

Endereço: R DOS GUAJAJARAS 40 SALA 1003 / CENTRO / BELO HORIZONTE / MG /
30180-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/12/2019 a 07/01/2020

Certificação Número: 2019120903350420179493

Informação obtida em 09/12/2019 16:46:03

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS****CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS****Negativa**CERTIDÃO EMITIDA EM:
02/12/2019CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
01/03/2020

NOME: INSTITUTO ELO

CNPJ/CPF: 07.514.913/0001-75

LOGRADOURO: RUA JUIZ DE FORA

NÚMERO:

COMPLEMENTO:

BAIRRO: BARRO PRETO

CEP: 30180060

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br>
=> Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2019000371287546



Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

DOCUMENTO AUXILIAR DA CERTIDÃO DE QUITAÇÃO PLENA PESSOA JURÍDICA

REGISTROS DE ACESSO

Código de Controle: **AFIJLGGNNK**

Documento/Certidão nº **12.568.210** Exercício: **2019**

Emissão em: **09/12/2019**

Requerimento em: **16:42:39**

Validade: **08/01/2020**

Nome: **INSTITUTO ELO**

CNPJ: **07.514.913.0001.75**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se quite com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em dívida ativa.

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE DA OS

Declaro, para todos os fins, que são verídicas todas as informações contidas neste Relatório Gerencial de Resultados. Acrescento, ainda, que as fontes de comprovação dos indicadores e produtos estão organizadas e arquivadas junto ao Instituto Elo e podem ser consultadas a qualquer momento pela Comissão de Monitoramento, por representantes da Secretaria de Estado de Segurança Pública ou representantes de órgãos de controle e auditoria do Governo do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 10 de dezembro de 2019.

**GLEIBER GOMES
DE OLIVEIRA**

Assinado de forma digital por
GLEIBER GOMES DE OLIVEIRA
Dados: 2019.12.10 14:24:47
-03'00'

Gleiber Gomes de Oliveira
Diretor Presidente
Instituto Elo